CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

VENTURIS VENTIS

ESCOLA TÉCNICA DE PLANALTINA

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

2019-2020

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA

CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
ESCOLA TÉCNICA DE PLANALTINA

2019 / 2020

“Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projeto significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se. Atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possíveis, comprometendo seus atores e autores” (Gadotti, 1994, p. 579).

.

Sumário

1. Apresentação 7
2. Origem histórica natureza e contexto da instituição 11
3. Diagnóstico da realidade escolar 15
Indicadores e Taxas
Comunidade Escolar 21
Infraestrutura 25
Pessoal docente, serviços especializados e de apoio 32
4. Função social da unidade escolar 41
5. Princípios Orientadores das Práticas Pedagógicas 45
6. Objetivos 48
Missão 48
Visão 48
Objetivos Institucionais 48
7. Concepções Teóricas que Fundamentam as Práticas Pedagógicas 53
8. Organização do trabalho pedagógico da unidade escolar 56
Da Gestão Democrática no CEP-ETP 56
Da Equipe Gestora 57
Direção e da Vice Direção 57
Do Corpo Docente 57
Do Corpo Discente 58
Da Supervisão Escolar 58
Da Secretaria Escolar 58
Da Escrituração Escolar 59
Da Assembleia Geral Escolar 59
Do Conselho Escolar 59
Do Conselho de Classe 59
Da Caixa Escolar 60
Da Educação a Distância 60
Das Atividades Práticas Supervisionadas e Estágio Curricular 61
Da Coordenação Pedagógica 64
Da Equipe de Apoio 66
Da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem 66
Da Orientação Educacional 66
Do Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos 67
Dos Espaços Essenciais e dos Recursos de Apoio ao Processo de Ensino e Aprendizagem 68
9. Concepções, práticas e estratégias de avaliação para o processo de ensino e de aprendizagem; 69
Da Avaliação 69
Avaliação Na Educação a Distância 71
Dos Estudos de Recuperação 73
Da Certificação 74
10. Organização curricular da unidade escolar 76

Do Acompanhamento ____ 82
Do Ano ou do Semestre Letivo ____ 82
Da Matrícula ____ 84
Do Aproveitamento, da Adaptação e da Equivalência de Estudo. ____ 85
Da Frequência do Estudante ____ 86
Da Frequência do Estudante Atleta ____ 87
Trancamento e do Abandono de Estudo ____ 87
Das Normas de Convivência Escolar ____ 88
Do Regime Disciplinar de Caráter Pedagógico ____ 89
11.Plano de Ação para implantação do Projeto Pedagógico – PP ____ 91
12.Atividades e projetos a serem implementados para o alcance de cada meta ____ 94
13.Acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico – PP ____ 95
14.Projetos específicos individuais ou interdisciplinares da unidade escolar. ____ 96
15.Referências ____ 102

1. Apresentação

O CEP-ETP de acordo com suas características de atendimento, é classificado como Centro de Educação Profissional – Escola Técnica, instituição destinada a oferecer Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada e Especialização (Pós Médio) de acordo com o catálogo Nacional de Cursos Técnicos nos Eixos Tecnológicos: Ambiente, Saúde e Segurança.

O Projeto Pedagógico – PP de uma instituição de ensino está presente na história da educação brasileira e, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei 9394/96 no seu inciso I do Artigo 12 destaca que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas às normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Sendo assim, o PP de uma instituição materializa elementos constituintes de sua identidade e situações pedagógicas do seu cotidiano que são provocadoras de um processo contínuo de autotransformação. Entende-se que pensar, repensar e reconstruir a ação educativa de uma instituição de ensino é, essencialmente, no dizer de Bordignon e Gracindo (2001), colocar em prática uma concepção política e uma concepção pedagógica que se realimentam e que se corporificam, de modo contínuo, no seu PP.

Além disso, pensar e construir, colaborativamente, o PP de uma instituição de ensino pressupõe, o conhecimento sobre o que seja esse projeto. Pode-se dizer que o PP é um instrumento norteador de todas as ações educativas da unidade escolar. Constitui-se em um processo democrático, dialético, dinâmico e contínuo de reflexão, sendo assim, resultante de um esforço coletivo que visa o exercício da autonomia de todos os sujeitos inseridos na comunidade escolar. Para Severino (1998, p. 89):

> Para que se possa falar de um projeto impregnado por uma intencionalidade significadora, impõe-se que todas as partes envolvidas na prática educativa de uma escola estejam profundamente integradas na constituição e vivenciarão dessa intencionalidade. [...] para tanto, impõe-se que toda a comunidade escolar seja efetivamente envolvida na construção e explicitação dessa mesma intencionalidade.

Nessa perspectiva, a construção coletiva do PP é a expressão visível do Centro de Educação Profissional-Escola Técnica de Planaltina – CEP-ETP ao dar significado e sentido ao seu saber fazer na condição de instituição pública de ensino profissional. É o resultado da intencionalidade dos seus trabalhadores em educação e do trabalho colaborativo desenvolvido ao longo do seu processo de elaboração. Isto porque, "o projeto da escola depende, sobretudo, da ousadia dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo com sua coragem, com o seu cotidiano e o seu tempo-espaço" (GADOTTI, 2000, p. 37).

Destaca-se, também, que o objetivo do PP é construir, colaborativamente, metas e traçar caminhos para intervir na realidade, concretizar possibilidades educativas, avaliando o processo cotidiano de saber ser, saber fazer, saber conviver e saber aprender, sempre no sentido de projetar mudanças nos processos educativos na busca de melhorar a qualificação pessoal e profissional de todos os sujeitos participantes da comunidade escolar do CEP-ETP.

A Educação Profissional no Brasil teve início com o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que instituiu as Escolas de Aprendizes Artífices do Brasil. Desde a sua criação a Educação Profissional foi desenhada de acordo com as demandas e embates políticos, que definiram, aprioristicamente, caminhos muitas vezes equivocados para as políticas de formação e Educação Profissional adotada para a sociedade brasileira. Entre encontros e desencontros, a Educação Profissional brasileira avançou e de acordo com Frigotto (2010, p. 26):

> a educação básica superior e profissional se definem no embate hegemônico e contra hegemônico que se dá em todas as esferas da sociedade e, por isso, não pode ser tomada como um fator isolado, mas como parte de uma totalidade histórica complexa e contraditória.

Assim, a concepção de formação profissional no Brasil, nas últimas décadas, norteou-se pelas mudanças operadas no mundo do trabalho, que passaram a exigir um trabalhador com formação multirreferencial, articulada com o conhecimento científico, valores e o saber fazer. Portanto, o indivíduo deve ser capaz de atuar prática e intelectualmente no trabalho, dominando ainda as tarefas específicas, as formas de organização e a gestão do trabalho. Portanto, a ênfase atualmente é a

formação integral do cidadão trabalhador comprometido com o pensar, dirigir, planejar, controlar sua atividade profissional (GDF, 2014).

Na perspectiva cultural-histórica da aprendizagem não se concebe a Educação Profissional como simples instrumento de política assistencialista ou como um linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas sim como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas tecnocientíficas e exerçam sua cidadania com autonomia. Impõe-se a superação do enfoque meramente tecnicista da formação profissional em que o aprendiz era preparado para execução de um determinado conjunto de tarefas, sem refletir sobre o modo de produção e a sua força de trabalho. No contexto atual, a Educação Profissional requer além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho.

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 – LDB, com a Resolução CNE/CEB N°1/2012 (que estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da LDB) e ainda, tendo em vista a realidade do mundo do Trabalho, o presente PP visa orientar as ações pedagógicas e o funcionamento do Centro de Educação Profissional – Escola Técnica de Planaltina (CEP-ETP). Enfatiza que a busca contínua pela melhoria da qualidade da Educação Profissional constitui condição indispensável para o êxito profissional, em um mundo pautado pela competição, inovação tecnológica e crescentes exigências de qualidade, produtividade e conhecimento. Nesse sentido, a comunidade escolar do CEP-ETP possui uma visão crítica-reflexiva da realidade social na qual está inserida e seu comprometimento se volta para a formação de profissionais e o atendimento das necessidades de proteção, prevenção, recuperação, reabilitação da saúde e da qualidade de vida da população. Bem como, garantir que a aprendizagem na Educação Profissional seja constituída a partir de uma organização curricular na lógica dos itinerários formativos, ao garantir flexibilidade do currículo, aprendizagem e desenvolvimento contínuo do estudante,

fortalecendo-o como protagonista de sua trajetória profissional e da assunção de uma ação autotransformadora como seu estilo de vida.

2. Origem histórica natureza e contexto da instituição

A proposta de criação do Centro de Educação Profissional Escola Técnica de Planaltina (CEP-ETP) surgiu durante o I Congresso de Educação do Distrito Federal, realizado em outubro de 1996. Durante as sessões plenárias deste congresso várias proposições corroboraram com a disposição de se firmar uma parceria entre as áreas de educação e saúde no âmbito do Governo do Distrito Federal - GDF. Entre as justificativas para a efetivação de tal parceria destacou-se a falta de profissional de nível técnico com habilitação para atuar na área da saúde tanto na rede pública quanto na rede privada da região metropolitana. Além disso, a própria comunidade de Planaltina-DF reafirmou seu interesse pela construção de uma escola que atuasse na educação profissional na área da saúde. Assim, definiu-se na composição do orçamento participativo daquele ano a verba necessária para a construção de um Centro de Educação Profissional em Planaltina-DF.

Assim, o Centro de Educação Profissional de Saúde - Escola Técnica de Planaltina (CEP-ETP) foi inaugurado em 1º de julho 1998. Inicialmente, para atender algumas turmas oriundas do ensino médio, mas, ao final de 1998, realizou-se o primeiro processo seletivo para ingresso no curso Técnico em Enfermagem do CEP-ETP, com implantação da primeira turma em janeiro de 1999.

É importante observar que ao longo de sua história a instituição foi chamada por nomes diferentes, a seguir, apresenta-se um breve relato dessa história.

Em 1999, antes de completar seu primeiro ano de vida, a instituição passou a ser chamada de Centro de Educação Profissional de Saúde de Planaltina – CEP-SAÚDE. No dia 27 de junho de 2000, assinou-se um convênio de investimento junto ao Ministério da Educação – MEC, referente ao Programa de expansão da Educação Profissional – PROEP. A administração dos recursos advindos do PROEP permitiu aos gestores do CEP-ETP investir na melhoria da infraestrutura física, na aquisição de equipamentos, na qualificação profissional dos trabalhadores em educação da instituição, aquisição de material pedagógico e contratação de consultorias para a implementação de novos Cursos Técnicos de Nível Médio e de Formação Inicial e Continuada – FIC.

Assim, no ano de 2001, o Plano de Curso e a Matriz Curricular do curso Técnico em Nutrição e Dietética foram aprovados pelo Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF, sob o Parecer nº 270/2001 e, naquele mesmo ano, aconteceu à primeira seleção para ingresso e formação da primeira turma do curso Técnico em Nutrição e Dietética.

Já em 2007, o Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF, sob o Parecer 87/2007, aprovou o Plano de Curso e a Matriz Curricular do curso Técnico em Higiene Dental, que teve processo seletivo para a formação e implantação da primeira turma no 2° semestre do mesmo ano.

Em 11 de setembro de 2007, publicou-se o Decreto nº 28.276 que dispunha sobre a transferência do Centro de Educação Profissional de Saúde – CEP Saúde para a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal. No ano de 2009, conforme o decreto nº 30695 de 13/08/2009, a instituição passou a ter a denominação de Escola Técnica de Saúde de Planaltina.

Já em 07 de julho de 2010, pelo Decreto nº 31877, a instituição foi reintegrada à Secretaria de Estado de Educação com o nome de Centro de Educação Profissional de Saúde de Planaltina. Em 2011, o ciclo de formandos do curso Técnico em Higiene Dental (THD) chega ao final, pois o curso tivera sua nomenclatura alterada, em 2009, para Técnico em Saúde Bucal. Sendo assim, em 2012, formou-se a primeira turma que recebeu a titulação de Técnico em Saúde Bucal. A partir de maio de 2013, a instituição passou a ser denominada Centro de Educação Profissional - Escola Técnica de Saúde de Planaltina CEP-ETP e, atualmente, são ofertados no CEP-ETP cinco Cursos Técnicos de Nível Médio: Enfermagem, Nutrição e Dietética, Saúde Bucal, Análises Clínicas, Segurança do Trabalho, Informática e Teatro, na modalidade presencial e Técnico em Secretaria Escolar e Técnico em Registro e Informação de Saúde, na modalidade EaD.

O curso Técnico em Análises Clínicas foi autorizado pela Portaria 56/2013 – SEDF e Parecer nº 27/2013. Em 13/05/2014, teve aprovação à oferta do curso Técnico em Segurança no Trabalho, Parecer nº 89/2014 – CEDF.

Com o retorno da instituição para a Secretaria de Educação ampliaram-se as possibilidades de atuação em rede. Por exemplo, em 2011 havia na instituição, doze

professores efetivos que atuavam na docência, atualmente, apenas o número de professores efetivos que atuam em regência de classe totaliza 71 profissionais, sendo que muitos deles são especialistas, mestres e doutores. Somam-se a estes profissionais, 64 docentes de contratação temporária e outros profissionais bolsistas, contratados com recursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, além das equipes de direção, supervisão e coordenação pedagógica, assistentes de educação e, equipes de conservação e limpeza, merenda escolar e vigilância, totalizando 162 profissionais integrados à instituição.

Com a chegada desses novos profissionais e a preparação da instituição para atuar em parceria direta com a Secretaria de Estado de Saúde tornou-se possível à realização de diversos processos metodológicos de atuação escola-serviço-comunidade, o que possibilitou a ampliação da oferta de cursos pelo CEP-ETP.

Vale ressaltar que a oferta de cursos pelo CEP-ETP com recursos exclusivos dos poderes públicos, só veio a acontecer no ano de 2013, quando a instituição passou a contar com recursos do Programa de Descentralização dos Recursos Financeiros da SEEDF que garantiriam a realização de pequenos reparos na estrutura física e aquisição de materiais pedagógicos.

Ainda no ano de 2013, foram iniciadas as discussões para a abertura de turmas de cursos técnicos e de qualificação profissional por meio do convênio com o PRONATEC. Entretanto, foi a partir de 2015, na medida em que o CEP-ETP já não dispunha mais de salas de aulas visto que a expansão do número de vagas nos cursos técnicos ocupava toda sua estrutura, que teve início a oferta de algumas turmas em cursos de cabeleireiro, massagista, cuidador de idosos, LIBRAS, dentre outros, em parceria com outras escolas. Nesse sentido, foi posto em prática o conceito de Unidade Remota e a instituição passou a contar com uma rede de parceiros tanto em Planaltina-DF quanto em outras regiões administrativas de Brasília.

Ainda em 2015, foi dado início ao Curso Técnico em Segurança do Trabalho, autorizado pela Portaria 114/2014 – SEDF, com a oferta da primeira turma nas dependências do CEP-ETP. Em 2016, foi dado início a oferta dos cursos Técnicos

em Enfermagem, Nutrição e Dietética na cidade de São Sebastião-DF em parceria com o Centro de Ensino Fundamental Miguel Arcanjo.

Durante o processo de expansão do número de vagas ofertadas pelo CEP-ETP diversas ações foram desenvolvidas no sentido de fortalecer parcerias já existentes e ainda, construir novas. Por exemplo, foram firmadas parcerias com a SESDF e com a SEDEST em Planaltina, Sobradinho, Paranoá, Plano Piloto e Taguatinga. Além disso, foram desenvolvidos quatro projetos de pesquisa com financiamento junto a FAP-DF, além de um contínuo trabalho de formação de professores, tanto internamente, quanto em parceria com o SAMU, SESDF. No ano de 2016, houve a oferta de 42 cursos de qualificação profissional pelo PRONATEC em distintas regiões administrativas do DF e a assinatura de Termo de Cooperação Técnica com o Hospital das Forças Armadas (HFA), conforme Acordo de Cooperação n° 01/2018, para a oferta de Cursos Técnicos nas dependências deste Hospital.

No campo da produção científica, em 2014, o CEP-ETP teve dois trabalhos aprovados para a apresentação em eventos internacionais, sendo um no mês de julho em Amsterdã, capital holandesa e outro em Novo Hamburgo-RS, durante a MOSTRATEC, que ocorreu no mês de outubro. Já no ano de 2018, a instituição foi representada no “Simpósio N° 29 - Perspectivas para a formação docente para a educação profissional na América do Sul no VIII Congresso Iberoamericano de Pedagogia” que aconteceu na Argentina, com a apresentação do trabalho intitulado "Formação continuada de docentes no ensino profissional em saúde: experiência do CEP-ETP", pelos autores: Clarice Cunha Taveira, Paulo César Ramos Araújo, Elias Batista dos Santos.

Por fim, a combinação hoje existente no CEP-ETP que reúne apoio institucional, parceria e vontade constante dos sujeitos que aprendem, favorece a consolidação desses espaços e a fomentação de novas possibilidades tanto de desenvolvimento humano quanto de qualificação profissional.

3. Diagnóstico da realidade escolar

O processo de ressignificação do Projeto Pedagógico do CEP-ETP carrega a marca que identifica a essência da atuação do trabalho colaborativo, fundamentado em uma perspectiva de gestão participativa, proativa e comprometida com o sujeito que aprende, constituindo-se como alavanca para as ações pedagógicas exitosas desenvolvidas por esta Instituição de Educação Profissional ao longo de sua história. A assunção do trabalho como princípio educativo implica considerar o sujeito que aprende como produtor de sua realidade e, por isto, dela se apropria e pode transformá-la ao mesmo tempo em que se transforma ao aprender fazendo e fazer aprendendo. Essa postura pedagógica ancora-se em uma concepção dialética da relação entre o mundo do trabalho e a prática social em que as atividades práticas se constituem como estratégias essenciais para a qualificação profissional do estudante. Tudo isso, a partir da reorganização dos currículos em um processo autóctone (SANTOS, 2013), contínuo, democrático, coletivo e formativo, o que garante ao sujeito que aprende acessar diferentes referenciais de leitura de mundo, com vivências diversificadas, plurais e uma reconstrução crítica dos saberes específicos de cada área do conhecimento.

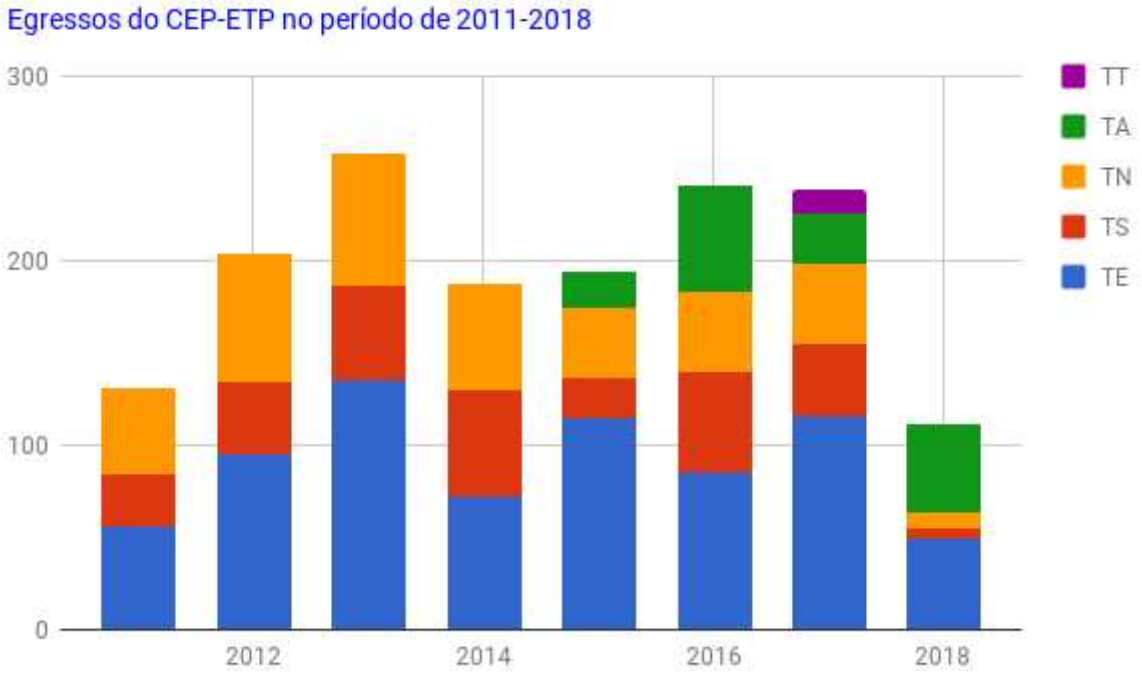
Em função dessa busca constante pela melhoria de sua ação pedagógica o CEP-ETP desperta interesse dos alunos da rede pública, como também da comunidade que procura um ensino de qualidade e a efetiva inserção no mundo de trabalho. Compreendendo essa necessidade da população e dos estudantes que procuram a instituição, a comunidade escolar do CEP-ETP busca cada vez mais o aperfeiçoamento e o aprimoramento, tanto do corpo docente como do discente.

Nesse sentido, O CEP-ETP atende a estudantes advindos da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF) que foi criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, e regulamentada pelo Decreto nº 2.710, de 04 de agosto de 1998, alterado pelo Decreto nº 3.445, de 04 de maio de 2000. A RIDE/DF tem como objetivo articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos Estados e dos municípios para a promoção de

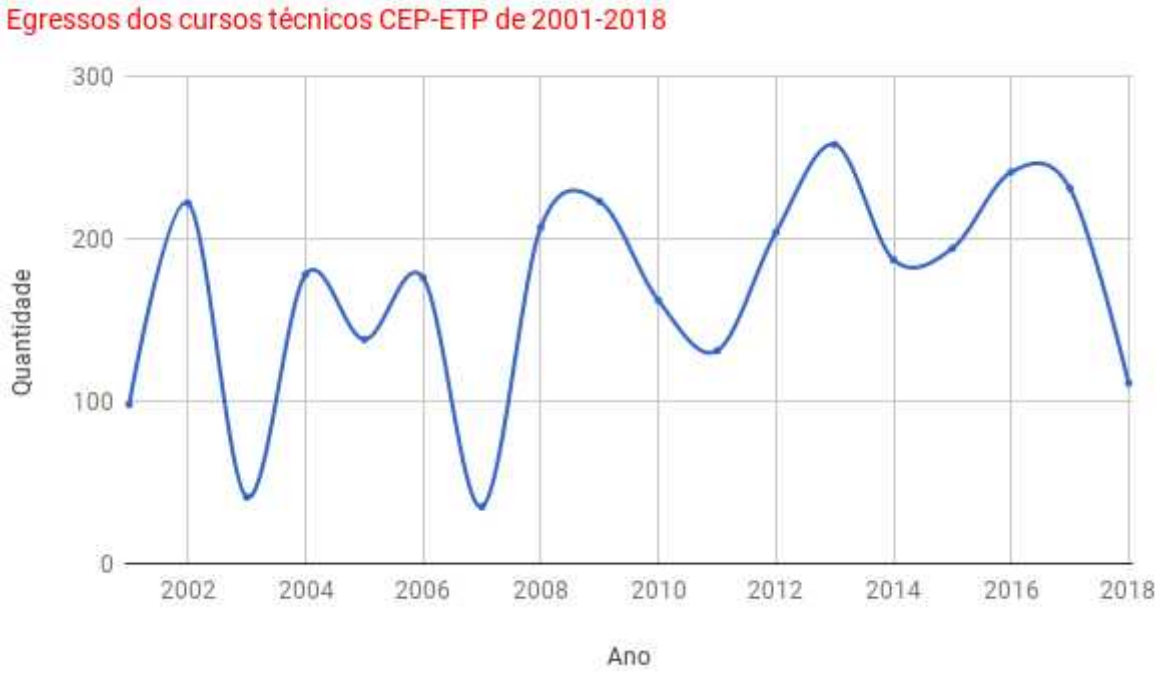
projetos que visem à dinamização econômica e provisão de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento em escala regional.

Para a composição deste diagnóstico pesquisou-se a evolução na quantidade de formandos ao longo da história do CEP-ETP. Notou-se que embora a escola tenha iniciado suas atividades no ano de 1999, apenas no ano de 2002 foram formados os primeiros técnicos de nível médio. A partir de então, os quantitativos de formados seguiram variando ano a ano, sendo que em 2009, atingiu o máximo que foi de 234. Em 2010 houve uma diminuição no quantitativo de formandos para 166. Em 2011 o quantitativo continuou em curva descendente, entretanto, no final deste período letivo inicia-se um processo de retomada crescente da relação formandos, pois houve uma oferta maior de vagas no diurno. Neste mesmo período iniciaram-se no turno noturno as turmas dos cursos Técnico em Enfermagem, Nutrição e Dietética, Análises Clinicas e Saúde Bucal com grande procura.

Parte deste processo de retomada crescente no número de formandos pode ser compreendida a partir da chegada de novos profissionais e a preparação da instituição para atuar em parceria direta com a Secretaria de Estado de Saúde. O gráfico a seguir apresenta os quantitativos de técnicos formados conforme o curso a partir de 2011. Em 2011 finaliza o ciclo de formandos do curso técnico em Higiene Dental (THD), curso que teve a nomenclatura alterada dois anos antes para Técnico em Saúde Bucal (TSB) quando se inicia o seu ciclo. Durante o ano de 2015, tem-se início o ciclo de concluintes do curso Técnico em Análises Clínicas (TAC) e ao término do ano de 2016, aconteceu a conclusão da primeira turma do curso Técnico em Segurança do Trabalho.



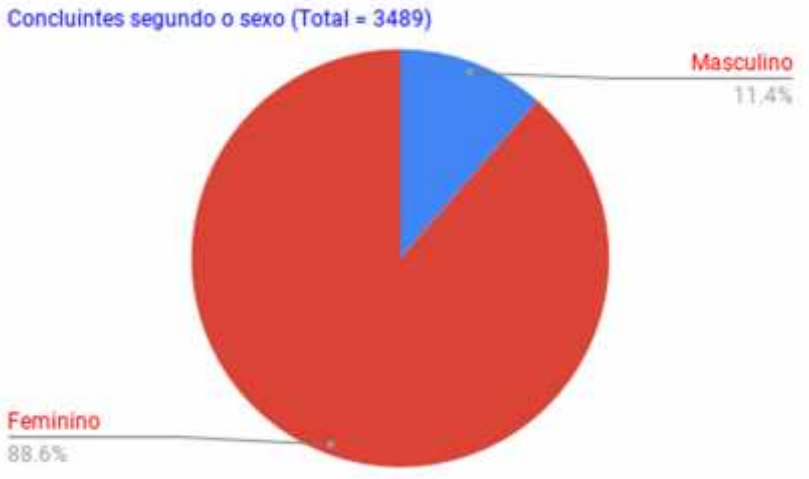
Atualmente os processos metodológicos integram aulas teóricas com atividades práticas supervisionadas na instituição, atividades pedagógicas de educação para a saúde nas escolas da rede pública de ensino e, atividades práticas supervisionadas nas unidades da Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado de Solidariedade, nas dependências da própria Secretaria de Estado de Educação, em instituições parceiras, além da participação colaborativa em ações ambientais desenvolvidas em parceria com outras instituições no âmbito da RIDE/DF.



A seguir, apresentamos mais alguns gráficos que ajudam a compreender nossa realidade atual e os desafios que se apresentam para o desenvolvimento da educação profissional no contexto de nossa instituição

Concluintes segundo o período de acesso (Total = 3489)
2017-2019
2.7%
2014-2016
19.7%
1999-2001
12.7%
2002-2004
12.6%
2005-2007
13.2%
2011-2013
21.0%
2008-2010
18.2%

Concluintes segundo o período de emissão dos diplomas (Total = 3489)
1999-2001
2.8%
2017-2019
22.0%
2002-2004
12.7%
2005-2007
10.0%
2014-2016
18.5%
2008-2010
17.0%
2011-2013
17.0%


Concluintes segundo o sexo (Total = 3489)
Masculino
11,4%
Feminino
88,6%

Média de idade segundo o período de emissão dos diplomas (Total = 3489)
40.0
30.0
20.0
10.0
0.0
1999-2001
2002-2004
2005-2007
2008-2010
2011-2013
2014-2016
2017-2019

Tempo médio de curso conforme o período de acesso
Anos
3.0
2.0
1.0
0.0
1999-2001
2002-2004
2005-2007
2008-2010
2011-2013
2014-2016
2017-2019

Comunidade Escolar

Comumente, entende-se que a comunidade de uma escola seja o grupo de pessoas que vive ao seu redor da instituição, ou que se relacione com ela de alguma forma, mantendo vínculos mais ou menos próximos. Assim, a constituição do par dialético escola-comunidade se dá a partir da relação, em que ambas, de maneira interdependente e autotransformadora, requerem visibilidade e transparência da participação tanto da escola quanto da comunidade no processo de educação de qualidade. Para Martins (2010, p. 313):

> Todo o grupo precisa de um líder e, nesse momento, o papel do diretor gestor é fundamental. Por meio da reflexão, ele tem que impulsionar o seu grupo a pensar, a rever as práticas, a analisar as relações entre os pares, a reavaliar o ambiente de aula, a participação dos pais, o envolvimento de todos os setores da escola, a leitura que a comunidade faz da instituição, e assim sucessivamente. Quando uma instituição opta por esse caminho, passa a reconstruir seu cenário e seus partícipes são motivados a encarar a mudança. No princípio é difícil, custoso e gera muitos conflitos.

Já o artigo 2º da LDB afirma que a educação é direito de todos e dever da família e do Estado. Cabe aos pais, na idade própria, matricular seus filhos na rede escolar, cumprindo ao Estado a responsabilidade de oferecer vagas e condições adequadas de ensino. Segundo este mesmo artigo os alicerces da Educação Brasileira são:

a. Os “princípios de liberdade”, ou seja, o respeito dos direitos individuais;

b. Os “ideais de solidariedade humana”, ou seja, a busca da equidade e da justiça social, no atendimento dos direitos coletivos.

Assim, a escola, além de respeitar a individualidade das pessoas, deve empenhar-se na formação das novas gerações para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e fraterna.

Quanto aos fins da educação, a LDB menciona três grandes objetivos a serem atingidos em relação aos alunos:

1) Seu pleno desenvolvimento da pessoa do educando. Trata-se, pois, do compromisso com o crescimento físico, emocional, intelectual, moral e espiritual das crianças, adolescentes, jovens e adultos que frequentam a escola;

2) Sua preparação para o exercício da cidadania. Não se trata de ensinar apenas o conceito de cidadania. Preparar para o exercício da cidadania é criar oportunidades educativas que propiciem a prática e a vivência da cidadania por parte dos educandos e educadores;

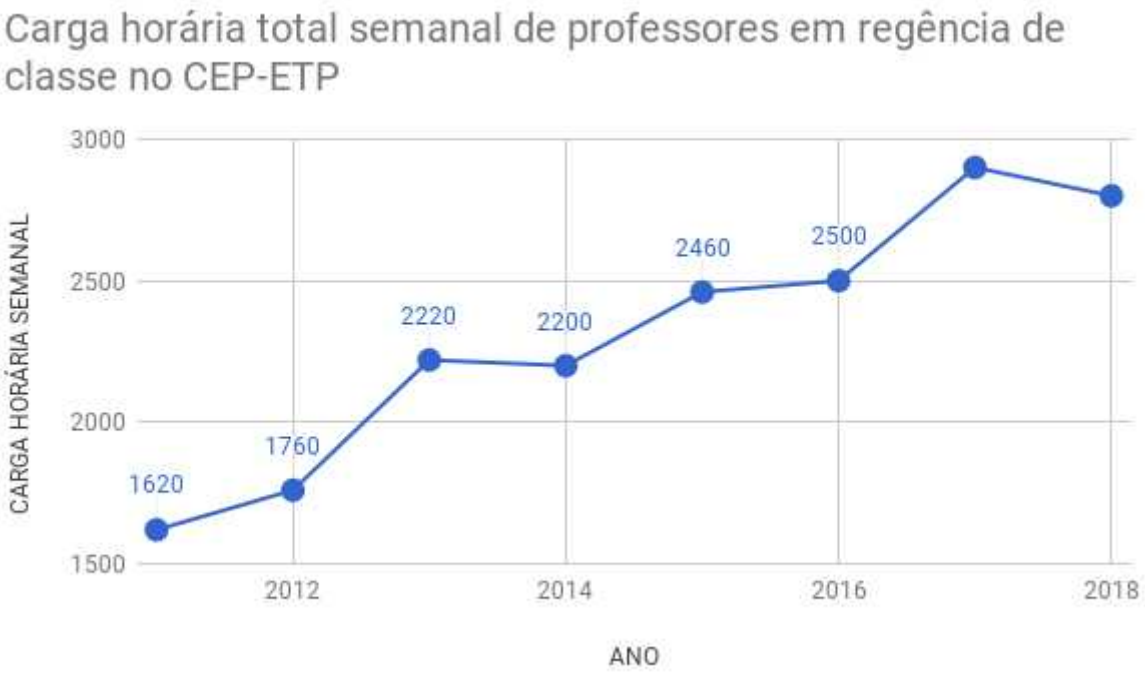
3) Sua qualificação para o trabalho. A qualificação para o trabalho na Educação Básica não pode ser confundida com o ensino de uma profissão (educação profissional). Trata-se do desenvolvimento de conhecimentos e valores, hábitos e atitudes, que contribuam para o educando ingressar, permanecer e ascender no mundo do trabalho.

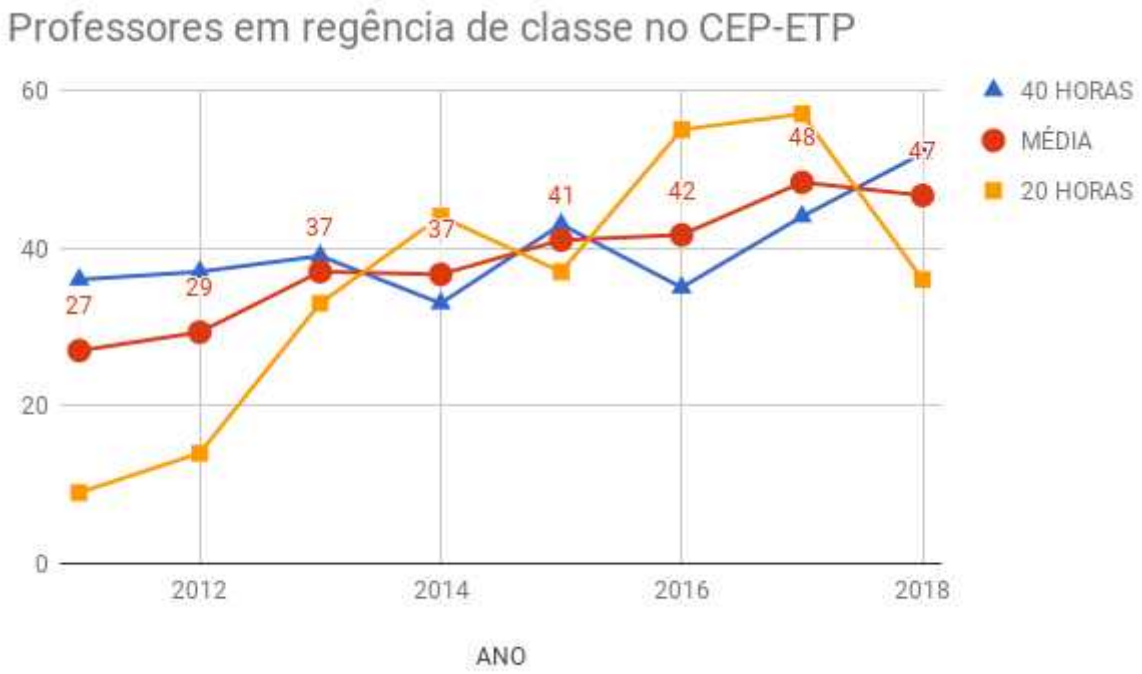
Entendendo dessa maneira fica clara a relação dialética entre a escola, a comunidade e o mundo do trabalho. Superar o histórico de fragmentação, improviso e insuficiência de formação pedagógica que caracteriza a prática de muitos docentes da educação profissional de hoje implica reconhecer que a docência é muito mais que mera transmissão de conhecimentos empíricos ou processo de ensino de conteúdos fragmentados e esvaziados teoricamente.

Para habilitar o estudante a atuar construtivamente no mundo do trabalho superando as expectativas requeridas pela dinâmica tecnológica que se dissemina mundialmente, é preciso assumir outro perfil de docente capaz de desenvolver pedagogias do trabalho autônomo, colaborativo e criativo, construir a autonomia progressiva dos estudantes e participar de projetos interdisciplinares. Assim, é mister que o docente da educação profissional seja, essencialmente, um sujeito da reflexão e da pesquisa, aberto ao trabalho coletivo e à ação crítica e colaborativa, comprometido com sua atualização permanente na área de formação específica e pedagógica, que compreenda as relações dinâmicas do mundo do trabalho, níveis e instâncias educacionais, conhecimento da sua profissão, de suas técnicas, bases tecnológicas e valores do trabalho, bem como dos limites e possibilidades do trabalho docente que realiza e precisa realizar.

Com isso, o docente do CEP-ETP se constitui como um agente fundamental no processo educacional. Conhecer a realidade, manejar conceitos, apresentar informações, são bases necessárias para o desenvolvimento humano e profissional do estudante. Assim, é fundamental que o docente do CEP-ETP se sinta apto, motivado e apoiado para coordenar o processo ensino-aprendizagem no contexto da sala de aula.

A seguir, um quadro resumo sobre o crescimento do quantitativo de docentes e a regência em sala de aula.





Em função dessa presença qualitativa do docente na coordenação do processo ensino-aprendizagem no contexto da sala de aula, os dados coletados no CEP-ETP até o presente momento apontam para uma sensível redução da evasão escolar, bem como para o alto grau de satisfação do estudante com a formação alcançada. Por outro lado, alguns pontos de estrangulamento ainda desafiam a comunidade escolar, quais, sejam:

1) A rotatividade do corpo docente (os profissionais, ao serem aprovados em outros concursos, rompem seus contratos com a SEDF)

2) Dificuldade de acesso à escola (20% dos alunos residem em localidades distantes).

Em relação à ambiência escolar, o CEP-ETP constitui-se como um lugar prazeroso para a comunidade escolar. Nesse convívio salutar são desenvolvidas atividades pedagógicas de excelência e as pessoas interajam positivamente. Além dos gestores, docentes e estudantes, os demais profissionais que trabalham na escola realizam atividades importantes para propiciar um ambiente favorável ao processo ensino-aprendizagem. Sendo assim, a instituição se coloca como parte importante do processo educativo, entretanto, reconhece que a aprendizagem é um

processo complexo que vai muito além do que os domínios da escola. Assim, para manutenção dessa ambiência favorável à educação profissional, a gestão democrática da instituição prioriza uma relação permanente e dialógica com a sociedade, o que abre possibilidades de formação inicial e continuada para todos os membros da comunidade escolar.

Entretanto, ainda há desafios para serem superados, como algumas dificuldades que foram indicadas pelos estudantes em relação à questão de sua permanência no curso técnico:

- Lidar com as demandas da formação profissional e, ao mesmo tempo, desenvolver as atividades relativas ao ensino médio em curso, ao exercício profissional e/ou atribuições familiares;
- Lidar com as dificuldades financeiras para a aquisição de materiais didáticos de uso individual, alimentação e/ou outros custos individuais;
- Lidar com a inaptidão para o exercício profissional na área para a qual foi selecionado para estudar na instituição;
- Falta de docentes e/ou de outras condições necessárias para que o desenvolvimento dos cursos técnicos, especialmente para os cursos de saúde bucal e análises clínicas;
- Aprovação em vestibulares e/ou em outros concursos públicos;
- Dificuldades de transporte, especialmente para estudantes que moram distante e dependem de duas conduções para chegar até a escola;
- Dificuldades em promover a necessária adequação e acessibilidade curricular, administrativa e espaço-temporal para os estudantes que necessitam de cuidados pedagógicos específicos, como por exemplo, o estudante PCD.

Infraestrutura

Instalações físicas incluindo sala de leitura e laboratórios

O CEP-ETP possui espaço físico adequado à realização das atividades educacionais na área de saúde. Suas instalações ocupam área total de 8.796.66m², cuja área construída é de 3.293,66m^2.

As dependências do CEP-ETP são compostas de: 09 laboratórios (Saúde Bucal, Análises Clínicas, Nutrição e Dietética, Informática (02), Segurança do Trabalho, Antropometria, Enfermagem e Anatomia), 01 sala de leitura, 01 sala de mecanografia, 10 salas de aula, 01 sala de professores, 01 sala de coordenação pedagógica, 01 sala para secretaria, 01 sala de direção, 01 sala de assistência pedagógica, 01 sala de assistência administrativa, 01 quadra poliesportiva, 01 sala de almoxarifado, 01 salas de coordenação técnica dos cursos.

PATRIMÔNIO DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DE PLANALTINA	
Quant.	**Especificação**
01	Agitador de kline
01	Agitador de Klive com capacidade para 12 tubos
03	Amalgador de cápsula com microprocessador
08	Anatomia Fundamental Clínica
09	Aparelho de ar condicionado
04	Aparelho de DVD
01	Aparelho de Raio X
02	Aparelho de som, com CD, rádio AM/FM e toca fitas
10	Aparelho telefônico
02	Armário aço 2 portas de vidro
02	Armário aço tipo guarda roupa
06	Armário de aço 4 prateleiras
02	Armário de aço tipo guarda-roupa
12	Armário em aço com 2 portas e 4 prateleiras
12	Arquivo de aço 4 gavetas
07	Atlas colorido de patologia bucal
09	Atlas de Citopatologia
09	Atlas de Citopatologia
01	Autoclave odontológico
01	Autoclave para esterilização a vapor
01	Autoclave vertical
01	Automóvel – modelo DUCATO
01	Balança analógica
01	Balança de precisão para pesar pequenos objetos
02	Balança digital
01	Balança digital eletrônica
01	Balança Eletrônica
01	Balança para balcão
01	Banho Maria
02	Banho Maria com capacidade para 100 tubos

60	Banqueta giratória ajustável com 5 patas
01	Bebedouro
07	Bogliolo
01	Boneca para medidas de reanimação criança
04	Botijão de gás 13kg
02	Braço avançado para treinamento de injeção
01	Cadeira de rodas
44	Cadeira fixa 4 pés
30	Cadeira fixa est. em espuma
26	Cadeira fixa, revestida de napa
66	Cadeira giratória
07	Cadeira giratória sem braço
01	Cadeira para coleta de sangue
02	Cadeira para coleta de sangue completa
50	Cadeira para professor
02	Calculadora eletrônica
06	Cama, com 2 manivelas e suporte para sono
561	Carteira escolar com braço
01	Centrifuga micro hematócrito
01	Centrifuga para micro hematócrito
06	Citopatologia
01	Coluna clássica
02	Compressor isento de óleo
01	Conjunto Acadêmico
01	Conjunto Anatômico do Corpo Humano
01	Contador diferencial de células sanguíneas
01	Coração clássico
01	Coração com diafragma
15	Cortina tipo persiana
01	Crânio demonstrativo
25	D.E.F. Dicionário de especialidades farmacêuticas
02	Desenvolvimento da dentição
01	Destilador de água.
01	Destilador elétrico
05	Dicionário de nutrição e tecnologia e alimentos
01	Divisor de canais
03	Duplicador digital
01	Duplicador manual
03	Emergência medica em odontologia
02	Enceradeira lavadora
01	Enfermagem e centro cirúrgico
01	Espectrofotômetro Digital
01	Esqueleto fisioterápico

01	Esqueleto sam em tripé
01	Estufa Digital bacteriológica
09	Farmacologia integral
07	Farmacologia para a enfermagem
01	Fac-símile com telefone acoplado
05	Fichário em aço
01	Fichário para biblioteca
01	Figura muscular com sexo dual e órgãos internos
01	Filmadora
07	Fisiopatologia cardiovascular
01	Fogão
02	Fotopolimerizador partida gradual digital
01	Freezer horizontal
08	Fundamentos de anatomia
05	Fundamentos de nutrição e Dietoterapia
01	Geladeira tipo doméstica
01	Grampeador elétrico
02	Grampeador elétrico
03	História da odontologia
02	Impressora multifuncional
03	Impressora multifuncional Laser
07	Introdução a farmacologia
01	Lavadora e enceradeira
01	Liquidificador industrial
07	Livro de enfermagem manual do técnico e auxiliar de enfermagem
09	Livro de Enfermagem Psiquiátrica
07	Livro de medicina – Man. e Inst.
04	Livro de medicina compêndio
05	Livro de medicina farmacologia integrada
14	Livro de medicina fisiopatologia
03	Livro de medicina fundamentos de estética em odontologia
04	Livro de medicina homeopatologia
02	Livro de medicina nutrição oral
05	Livro de medicina odontologia restauradora
03	Livro de Medicina orientação profissional em odontologia
06	Livro de Medicina patologia geral abordagem multidisciplinar
04	Livro de Medicina patologia oral e maxilofacial
07	Livro de Medicina pratica homeopática em psicopatologia
09	Livro de medicina, Anatomia Básica
08	Livro de medicina, Anatomia Humana Básica
25	Livro de medicina, DEF 2004/2005
08	Livro de medicina, Drogas Injetáveis em Enf.

09	Livro de medicina, Enfermagem em Grupos
08	Livro de medicina, Enfermagem em Otorrino e Laringologia
08	Livro de medicina, Enfermagem no Tratamento
08	Livro de medicina, Enfermagem Psiquiatria
08	Livro de medicina, Glossário de Enfermagem
10	Livro de medicina, Manual de Farmacologia, Psiquiatria
15	Livro de medicina, Medicação e Matemática na Enfermagem
07	Livro de medicina, Patologia Geral
02	Livro de medicina, Princípios de Nutrição
10	Livro de medicina, Problemas de Enfermagem
10	Livro Farmacologia ilustrada
07	Livro farmacológico – cuidado com os medicamentos
09	Livro farmacológico – testes
01	Livro, manual de Controle H. Sanitário em alimentos
06	Lixeira tipo cesta
01	Manequim adulto corpo inteiro
02	Manequim de simulação para higiene bucal
02	Manequim de simulação, bebê
01	Manequim de simulação, braço
02	Manequim de simulação, crânio
01	Manequim de simulação, esqueleto humano
01	Manequim de simulação, olho
02	Manequim de simulação, torso bissexual
02	Manequim de simulação, torsos
01	Máquina copiadora
02	Máquina copiadora laser
01	Máquina de lavar roupa
01	Máquina perfuradora
15	Mesa de aço sem gavetas
02	Mesa de reunião para 10 pessoas
01	Mesa em aço 2 gavetas
08	Mesa em aço 3 gavetas
04	Mesa em aço para datilografo
06	Mesa para cabeceira
10	Mesa para impressora
15	Mesa para microcomputador
03	Mesa para reunião para 10 pessoas
06	Mesa redonda
08	Mesa redonda com 4 patas em aço
02	Metade inferior à mandíbula
02	Metade Inferior à mandíbula avançada.
35	Microcomputador – Pentium
01	Microcomputador 2,4 Intel, M.B.
01	Microcomputador Intel Pentium

04	Microfone profissional
02	Microfone sem fio
20	Microscópio biológico binocular
01	Microscópio elétrico
01	Microscópio eletrônico com objetivas
03	Mocho com elevação a gás.
01	Modelo de cabeça tamanho natural
02	Modelo de língua
04	Modelo de vírus da AIDS HIV
01	Musculatura da cabeça e pescoço
01	Nariz e órgãos olfatórios
03	Nobreak
03	Odontologia estética
05	Odontologia estética e restauração
01	Ouvido gigante
03	Patologia bucal
01	Pélvis c/ gravidez
89	Poltrona fixa
05	Poltrona giratória
01	Pré-amplificador
01	Pulmão em tamanho natural
03	Rádio gravador com CD
01	Refrigerador elétrico tipo doméstico (duplex)
05	Refrigerador tipo doméstico com capacidade para 400l
02	Removedor de tártaro com jato de bicarbonato
04	Retroprojetor
03	Segredos em odontologia
02	Seladora com guilhotina acoplada
01	Série gravidez, 08 modelos de fetos montados
01	Serra elétrica para gesso
01	Simulador de cuidados com paciente
01	Simulador para injeção
01	Sistema digestivo
01	Sistema Nervoso
01	Sistema urinário c/sexo dual
04	Suporte tipo pedestal
05	Tela de projeção
02	Televisor 29 polegadas
01	Televisor 34 polegadas
01	Toca CD
01	Toca fitas, duplo e gravador
06	Tratado de patologia bucal
08	Ventilador

05	Ventilador de teto
05	Ventilador tipo pedestal
03	Videocassete 5 cabeças

.

Pessoal docente, serviços especializados e de apoio

Encontra-se à disposição do CEP-ETP para realização dos trabalhos educativos o seguinte quantitativo de pessoal:

Professores Efetivos

	NOME	CARGO / FUNÇÃO	HABILITAÇÃO	TITULAÇÃO / FORMAÇÃO
01	Adélia Soares Campos Caldas *	Professor / Apoio Pedagógico	Geografia (1 e 2); Saúde e Segurança do Trabalho; Saúde Pública e Mental	Licenciatura/Especialização
02	Adelmo Altoé	Professor / Sala de Leitura / Disciplina extinta	Estatística	Licenciatura/Especialização
03	Agda Neide Vieira Tomaz	Professor / Regência de Classe / Altas Habilidades	Artes Plásticas	Licenciatura/Especialização
04	Allana Resende Pimentel Calaça	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
05	Amanda Cristiane de Almeida	Professor / Regência de Classe / Coordenação Pedagógica	Nutrição	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
06	Ana Carolina Magalhães Antonini	Professor / Regência de Classe	Biomedicina	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
07	Ana Paula Balensiefer	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
08	Aroldo Lima de Jesus	Professor / Regência de Classe	Matemática; CFB; Informática	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
09	Cilene Antonio da N. Lima	Professor / Regência de Classe / Coordenação Pedagógica	Língua Portuguesa (1e 2); Atividades	Licenciatura / Especialização
10	Clarice Cunha Taveira	Professor / Regência de Classe / Coordenação Pedagógica	Farmácia	Bacharelado / Licenciatura / Mestrado
11	Cleia Narciso de Araùjo	Professor / Regência de Classe / Altas Habilidades	Língua Portuguesa	Licenciatura/Especialização
12	Cleide Aparecida Costa Gomes *	Professor / Sala de Leitura	Língua Portuguesa	Licenciatura / Especialização
13	Cristina Maria Soares Ramos	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização

14	Dagma Ferreira Alves	Professor / Regência de Classe	Psicologia	Licenciatura / Especialização
15	Dailene Coelho Ramos	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
16	Daniela Figueira Costa	Professor / Regência de Classe	Nutrição	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
17	Deisilane de Oliveira França da Silva	Professor / Regência de Classe	Nutrição	Bacharelado / Licenciatura
18	Denise Lúcia Braga	Professor / Regência de Classe	Nutrição	Bacharelado / Licenciatura
19	Diógenes da Silva Costa	Professor / Regência de Classe	Química	Licenciatura/Especialização
20	Elaine Cristina de Oliveira	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
21	Elias Batista dos Santos	Professor / Regência de Classe / Vice Direção	Química	Licenciatura / Doutorado
22	Eneida Maria de Deus Fonseca	Professor / Regência de Classe / Altas Habilidades	Psicologia	Licenciatura/Especialização
23	Érica de Azevedo Mendes	Professor / Regência de Classe	Biomedicina	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
24	Fabiana Fonseca de Melo	Professor / Regência de Classe / Coordenação Pedagógica	Atividades; Ciências Naturais; Matemática (2 e 1); Química	Licenciatura / Especialização
25	Fabiana Sabino Leite	Professor / Regência de Classe / Altas Habilidades	Artes Plásticas	Licenciatura/Especialização
26	Fábio Alves Aguiar	Professor / Regência de Classe / Coordenação Pedagógica	Química; Biologia; Ciências Naturais; Física; Matemática(1)	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
27	Fernanda Nogueira da Gama	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
28	Flávia Marques Correia Dourado	Professor / Regência de Classe	Nutrição	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
29	Francinéia Francisca Gomes Soares	Professor / Regência de Classe / Coordenação Itinerante Altas Habilidades	Artes Plásticas	Licenciatura/Especialização
30	Georgia Yvelize Maia Ribeiro	Professor / Regência de Classe	Biomedicina	Bacharelado / Licenciatura / Especialização

31	Geraldo Rezende de Lima	Professor / Regência de Classe / Lab. Informática / Disciplina extinta	Ciências Naturais; Agricultura; Economia e Administração Agrícola; Zootecnia	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
32	Helen Fernanda Barbosa Batista	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
33	Hévane Virgínia dos Santos	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
34	Iara Gevila Lima da Silva	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
35	Jackeline Barcelos Pontes	Professor / Regência de Classe	Nutrição; Nutrição e Dietética	Bacharelado / Licenciatura / Mestrado
36	Jaqueline Barbosa Costa	Professor / Regência de Classe / Coordenação Pedagógica	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
37	Joesse Maria de Assis Teixeira Kluge Pereira	Professor / Regência de Classe / Coordenação Pedagógica	Habilitação Equivalência-7; Economia Doméstica (1 e 2); Atividades; Educação Familiar; Tecnologia de Alimentos; Microbiologia	Bacharelado / Licenciatura / Pós-doutorado
38	Jozinélio Severino Teixeira	Professor / Regência de Classe / Coordenação Pedagógica	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
39	Larissa de Lourdes Duarte Cabral	Professor / Regência de Classe	Odontologia	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
40	Lígia do Vale Fernandes	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
41	Loiane Pereira de Sousa	Professor / Regência de Classe	Biomedicina	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
42	Luana de Moura Vital	Professor / Regência de Classe	Nutrição	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
43	Lucas Malta Almeida	Professor / Regência de Classe / Coordenação Pedagógica	Biologia	Licenciatura / Doutorado
44	Luiz Ricardo Magalhães	Professor / Regência de Classe	História	Licenciatura / Doutorado
45	Luiz Silva de Souza	Professor / Regência de Classe / Coordenação Pedagógica	Biologia	Licenciatura / Mestrado

46	Maíza da Silva Pereira	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
47	Marcela Fonseca Silva	Professor / Regência de Classe	Pedagogia	Licenciatura / Especialização
48	Marcello Paulino Vieira Mazzaro	Professor / Regência de Classe	Odontologia	Bacharelado / Licenciatura / Especialização/ Mestrado
49	Márcia de Araújo de Almeida	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Licenciatura/Especialização
50	Márcio Ferreira	Professor / Regência de Classe / Coordenação Pedagógica	Atividades	Licenciatura / Doutorado
51	Maria Lúcia de Resende Sousa	Professor / Regência de Classe / Coordenação Pedagógica	Língua Portuguesa (2); Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa; Inglês	Licenciatura / Especialização
52	Maria Rosane Soares Campelo	Professor / Regência de Classe / Coordenação Pedagógica	História / Direito	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
53	Marina Mansur Ramagem	Professor / Regência de Classe	Odontologia	Bacharelado / Licenciatura / Especialização / Mestrado
54	Paula Klissy Paulino de Souza	Professor / Regência de Classe	Nutrição; Nutrição e Dietética	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
55	Paulo César Ramos Araújo	Professor / Regência de Classe / Direção	Química	Licenciatura / Mestrado
56	Paulo de Tarso Santiago	Professor / Regência de Classe	História (2); Psicologia	Licenciatura / Especialização
57	Regina Flauzina Dias	Professor / Regência de Classe	Educação Física	Licenciatura / Especialização
58	Renata Fialho de Menezes Araújo	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
59	Robertson Oliveira de Sousa	Professor / Regência de Classe / Altas Habilidades	Biologia	Licenciatura/Especialização
60	Sandra Pereira Couto Cabral	Professor / Regência de Classe	Ciências Naturais; Matemática (1); Química	Licenciatura / Mestrado
61	Silvana Parreira Barbosa	Professor / Regência de Classe	Odontologia	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
62	Silvania Nascimento de Sousa	Professor / Regência de Classe / Coordenação Pedagógica	Nutrição	Bacharelado / Licenciatura / Especialização

63	Simone Moreira da Silva *	Professor / Gestão de Merenda Escolar	Nutrição	Licenciatura
64	Suely Strael Fernandes de Sousa	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
65	Thaiza Cristine Martins Farias	Professor / Regência de Classe	Nutrição	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
66	Thalita Pereira Amaral	Professor / Regência de Classe	Nutrição	Bacharelado / Licenciatura
67	Thayze Mara Tarouquela da Silva Quirino	Professor / Regência de Classe	Nutrição	Bacharelado / Licenciatura / Mestrado
68	Valter Lopes	Professor / Regência de Classe / Supervisão Pedagógica	Geografia (2); Atividades	Licenciatura / Especialização
69	Vanessa Moreira de Lima	Professor / Regência de Classe	Nutrição	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
70	Viviane Andrade de Cavalcanti	Professor / Regência de Classe / Supervisão Pedagógica	Matemática (1); Atividades; Biologia; Ciências Naturais	Licenciatura / Especialização
71	Wanessa de Castro	Professor / Regência de Classe / Coordenação Pedagógica	Atividades; Ciências Agrícolas	Licenciatura / Doutorado

*= Professor readaptado.

Professores de contratação temporária

	NOME	CARGO / FUNÇÃO	HABILITAÇÃO	TITULAÇÃO / FORMAÇÃO
01	Adelmar Lima Batista Filho	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
02	Alessandra Afonso Silva	Professor / Regência de Classe	Química	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
03	Ana Paula Costa Athayde Nunes	Professor / Regência de Classe	Biomedicina	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
04	Andressa de Oliveira Soares	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
05	Annaihê Catherine dos Anjos Ribeiro	Professor / Regência de Classe	Língua Portuguesa	Bacharelado / Licenciatura / Especialização

06	Antonio Carlos Gonçalves Ferreira	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
07	Bianca Zangirolami Mendes	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
08	Camila Gomes Barboza	Professor / Regência de Classe	Psicologia	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
09	Camilla Karen de Barros Galvan	Professor / Regência de Classe	Biomedicina	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
10	Claudia Bezerra Dantas	Professor / Regência de Classe	Odontologia	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
11	Cristiane Martins Braga	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
12	Daniela Fernandes de Sena	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
13	Danilo Veloso Alves Carreiro	Professor / Regência de Classe	Fisioterapia	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
14	Désiree Hamú Davis	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
15	Dieza Cristina Martins Pimentel	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
16	Diná Rodrigues da Silva	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
17	Elisvania Guimarães Alves	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
18	Felipe da Silva Costa Feitosa	Professor / Regência de Classe	Informática	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
19	Felipe Moreira Lima	Professor / Regência de Classe	Biologia	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
20	Fernanda Maria Furst Signori	Professor / Regência de Classe	Psicologia	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
21	Géssica Ferreira Calza	Professor / Regência de Classe	Nutrição	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
22	Gilvan Jorge de Almeida	Professor / Regência de Classe	Farmácia	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
23	Gisane Gomes Rocha Pinheiro	Professor / Regência de Classe	Odontologia	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
24	Hanna Jaber Cardoso	Professor / Regência de Classe	Biomedicina	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
25	Helen Fernanda Barbosa Batista	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização

26	Iliuschka Rouse Rodrigues Cavalcante	Professor / Regência de Classe	Odontologia	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
27	Ivone Iara Reis Costa	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
28	Jeizon Jemerson Pimenta Cavalcante	Professor / Regência de Classe	Língua Portuguesa	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
29	Jéssica Melo de Sousa Gomides	Professor / Regência de Classe	Biomedicina	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
30	Johny Gomes Batista	Professor / Regência de Classe	Administração	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
31	Joselina Alves Godoi	Professor / Regência de Classe	Nutrição	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
32	Kellen Thais Pereira Marques	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
33	Leandro Vinícius Lima de Siqueira	Professor / Regência de Classe	Contabilidade	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
34	Leticia de Sousa Moura	Professor / Regência de Classe	Matemática	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
35	Letícia Franco Ribeiro	Professor / Regência de Classe	Biomedicina	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
36	Loiane Pereira de Sousa	Professor / Regência de Classe	Biomedicina	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
37	Luana Maia da Silva	Professor / Regência de Classe	Biologia	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
38	Luiza Carla Cardoso Santos	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
39	Luiz Aparecido de Oliveira Freitas	Professor / Regência de Classe	Fisioterapia	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
40	Márcia de Araújo de Almeida	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
41	Marcos Santos Passos	Professor / Regência de Classe	Nutrição	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
42	Mariana Barboza Albuquerque	Professor / Regência de Classe	Nutrição	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
43	Mariza Freire Lopes Maia	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
44	Mônica Nogueira Pereira Cardoso	Professor / Regência de Classe	Biologia	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
45	Natasha Tayra Beckman Castro Leite	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização

46	Nauálly Rosa de Moura Rodrigues	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
47	Nemicio Carneíro Neves	Professor / Regência de Classe	Biomedicina	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
48	Patrícia Alessandra de Jesus	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
49	Patrícia Gomes de Assis	Professor / Regência de Classe	Biomedicina	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
50	Ranniet Rodrigues Magalhães	Professor / Regência de Classe	Biomedicina	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
51	Raphaella Soares Barreto	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
52	Ráucia de Moraes Resende	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
53	Renato Simões Di Carlantonio	Professor / Regência de Classe	Informática	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
54	Rute Pereira de Souza	Professor / Regência de Classe	Biomedicina	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
55	Sabrinna Morais dos Santos	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
56	Silvania Nascimento de Sousa	Professor / Regência de Classe	Nutrição	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
57	Sindy Daiele Rossi	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
58	Suelma Ferreira de Brito Ruas	Professor / Regência de Classe	Enfermagem	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
59	Tálita Nasciutti Rezende	Professor / Regência de Classe	Biomedicina	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
60	Thalita Pereira do Amaral	Professor / Regência de Classe	Nutrição	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
61	Victor Hugo Viçosa de Sales	Professor / Regência de Classe	Língua Portuguesa	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
62	Waldy de Oliveira Lima Neto	Professor / Regência de Classe	Biomedicina	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
63	Yara Oliveira Viegas Nunes	Professor / Regência de Classe	Odontologia	Bacharelado / Licenciatura / Especialização
64	Yasmin da Silva Lima	Professor / Regência de Classe	Pedagogia	Bacharelado / Licenciatura / Especialização

Relação de pessoal técnico, administrativo e de apoio

	NOME	FUNÇÃO	GRAU DE FORMAÇÃO	CURSOS DE FORMAÇÃO
01	Almir Ribeiro Escolar	Técnico de Gestão Escolar	Pós-Graduação	Gestão Ambiental
02	Dalmy Marques das Chagas	Agente de Gestão Escolar	Ensino Médio	
03	Dalva de Barros	Agente de Gestão Escolar	Graduação	Licenciatura Plena em Pedagogia
04	Helenir Imaculada Pereira	Agente de Gestão Escolar	Graduação	Licenciatura Plena em Pedagogia Técnico em Infraestrutura Escolar Técnico em Administração
05	Humberto Alves da Silva	Agente de Gestão Escolar	Ensino Médio	Técnico em Enfermagem Técnico em Secretaria Escolar (em curso)
06	Izabel Oliveira da Silva	Supervisor Administrativo	Pós-Graduação	Especialização em Gestão de Recursos Humanos Licenciatura Plena em Geografia
07	Joanita da Cruz	Agente de Gestão Escolar	Graduação	Licenciatura Plena em Pedagogia
08	Lucia Gomes dos Santos Alencar	Agente de Gestão Escolar	Graduação	Gestão em Recursos Humanos Técnico em Secretaria Escolar
09	Maria Estelita Farias. Martins	Agente de Gestão Escolar	Pós-Graduação	Gestão Ambiental
10	Mirian Francisco Ribeiro de Oliveira	Chefe de Secretaria	Pós-Graduação	Gestão Educacional Licenciatura em Normal Superior Técnico em Secretaria Escolar
11	Silon Alves Brandão	Agente de Gestão Escolar	Ensino Médio	
12	Simone de Paula Santos de Alarcão	Agente de Gestão Escolar	Graduação	Licenciatura Plena em Pedagogia
13	Umberto Afonso Ferreira	Supervisor Administrativo	Ensino Médio	Técnico em Secretaria Escolar
14	Vagner Francisco Maciel	Técnico de Gestão Escolar	Graduação	Licenciatura Plena em Pedagogia

4. Função social da unidade escolar

As transformações sociais nos últimos anos exigem mudanças no fazer diário da escola e nos processos pedagógicos que são desenvolvidos por ela. Pensar em qualidade de ensino, diante da complexidade de nossa sociedade, não se limita mais a gerenciar em espaços adequados e bons professores. Atualmente, um ensino de qualidade pressupõe o estabelecimento de relações democráticas, dialógicas e autotransformadoras, além do conhecimento da realidade na qual a escola está inserida.

Nessa perspectiva, o CEP-ETP exerce a sua função social ao garantir junto à comunidade escolar, as condições necessárias para o exercício pleno da cidadania e a possibilidade de construção de saber autotransformador. Para tanto, as ações pedagógicas estão centradas no sujeito que aprende, explorando-se a problematização da realidade em que este sujeito está inserido e o protagonismo do estudante no processo de resolução de problemas relativos à realidade profissional e ao desenvolvimento de soluções criativas e autossustentáveis.

Propõem-se, assim, uma Educação Profissional que atue como uma comunidade de aprendizagem, em que os jovens desenvolvam uma cultura para o trabalho e demais práticas sociais inerentes ao exercício de sua profissão. Ao realizarem essas atividades, os docentes e discentes poderão explorar interesses vocacionais, além de perspectivas pessoais e de organização social. Ao mesmo tempo em que exercitam e se constituem como cidadãos críticos, ao problematizar a realidade, pesquisar a literatura pertinente, concretizando projetos de vida, de trabalho e de sociedade.

O mundo contemporâneo, em constante processo de transformação e de inovação tecnológica e suas consequentes alterações no âmbito do mundo do trabalho, demanda a construção de um projeto de Educação Profissional que supere a dualidade entre ensino propedêutico e o ensino técnico, de forma a deslocar o foco dos seus objetivos do mercado de trabalho para o do desenvolvimento humano,

tendo como dimensões indissociáveis a aprendizagem, a pesquisa, a cidadania, o trabalho, as comunicações, a ética, a ciência e a tecnologia.

Portanto, o indivíduo deve ser capaz de atuar prática e intelectualmente no trabalho, dominando ainda as tarefas específicas, as formas de organização e a gestão do trabalho e compreendendo as relações sociais mais amplas que constituem a sociedade, na qual exerce as funções de produtor e de cidadão. Assim, no contexto do CEP-ETP, a aprendizagem é vista como um processo socialmente construído por meio da participação intensa da comunidade escolar, do diálogo, da troca de experiências e significados e da colaboração entre as pessoas, o que implica em participação proativa do estudante.

Em função desta percepção do sujeito que aprende, a escola tem vivido uma contradição: atender aos interesses da classe dominante, oferecendo o conhecimento sistematizado, preparando o cidadão para o mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, acompanhando as transformações sociais, buscando favorecer a sociabilidade do conhecimento, estendendo-se para além da sala de aula e dos muros físicos e ideológicos impostos pelo poderio econômico. A educação profissional representa claramente esse conflito, uma vez que sua função satisfaz os interesses mercadológicos, mas pode assumir um papel estratégico na formação de cidadãos conscientes, portanto, superando suas dicotomias da educação profissional.

É importante relembrar que a instituição escolar que conhecemos hoje emerge no bojo da Revolução Francesa com o propósito de ser pública gratuita e para todos, mas acaba sendo usada como instrumento de controle dos oprimidos e fortalecimento do sistema capitalista em todo o mundo. Dessa maneira, podemos observar que a escola pública tem vivido essa contradição desde a sua criação: do ponto de vista do capitalismo, a escola deve formar bons profissionais para atender às demandas do mercado de trabalho; do ponto de vista da sociedade, ela deve acompanhar as transformações sociais, buscando formas de favorecer a sociabilidade do conhecimento, de ramificar-se, de estender-se além da sala de aula e perpassar os muros físicos e ideológicos impostos pelo poderio econômico.

Assim, a cultura é entendida como uma construção coletiva e histórica, considerando o homem em suas diversas dimensões no âmbito da sociedade. Nesse sentido, a compreensão de cultura enfoca a cultura como forma de vida ou como modo de vida, sendo um constitutivo social em processo de transformação permanente, atrelada aos movimentos e às mudanças da história e da sociedade. A cultura tece uma rede de significados que dão sentido ao mundo do entorno de cada sujeito.

Ao reconhecer que a cultura é resultado dos significados construídos por uma sociedade, observamos a desconstrução de um conceito que vincula a cultura apenas à elite pensante ou a um determinado grupo social. Portanto, a visão de cultura condiz com o ideário de desenvolvimento local proposto pelo processo de interiorização da educação profissional e tecnológica, pois garante à escola a possibilidade de apropriação da realidade do entorno, além de apontar para uma perspectiva de diálogo com a comunidade. Essa é uma dimensão importante da função social de uma escola, tendo em vista o fato de corroborar com o reconhecimento à diversidade e necessidade de formar cidadãos capazes de conviver, respeitar e se reconhecer diante das diferentes histórias dos povos.

Conforme discutimos anteriormente, a escola foi criada para servir como instrumento de manutenção de um projeto societário em que prevalecia a ideologia burguesa. No entanto, sabemos que a mesma desempenha um papel importante na sociedade, pois ela também pode servir como meio de luta, de esperança e de libertação do indivíduo. Assim, a escola é colocada, ao longo da história, em um movimento contraditório. A quem ela serve? Qual o seu papel diante do capitalismo? Qual a função social da escola no contexto atual? Que escola almejamos?

Nesse contexto, vislumbramos a possibilidade de consolidar um projeto de sociedade capaz de reduzir as injustiças sociais, romper com as dicotomias de classes e de superar a estratégia de formação de mão de obra voltada para atender ao mercado de trabalho. O desenvolvimento de uma proposta pedagógica para além dos interesses do capital pode constituir uma nova identidade para a escola do século XXI, tendo como precursora a educação profissional e a proposta de formação humana integral.

Sendo assim, a função social do CEP-ETP é oferecer educação profissional de qualidade referenciada socialmente e de tessitura político-pedagógica capaz de articular ciência, pesquisa, ensino, extensão, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais. Desse modo, o CEP-ETP contribui para uma formação unilateral que nos favorece mais variados âmbitos, o (re) dimensionamento qualitativo das práxis social.

5. Princípios Orientadores das Práticas Pedagógicas

O Centro de Educação Profissional Escola Técnica de Planaltina – CEP-ETP, tem como finalidade central oferecer Educação Profissional pública e de qualidade para jovens e adultos nos eixos: SEGURANÇA, AMBIENTE e SAÚDE; INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO; DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL; PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN, buscando o desenvolvimento de competências profissionais. Desenvolve suas ações tendo como princípios norteadores os constantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96; Resolução no 06/2012 do Conselho Nacional de Educação e Resolução nº 01/2012 do Conselho de Educação do Distrito Federal, quais sejam:

- ✓ Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- ✓ Pluralismo de ideias e de concepção pedagógica.
- ✓ Valorização do profissional de educação escolar.
- ✓ Garantia de padrão de qualidade.
- ✓ Valorização da experiência extraescolar.
- ✓ Vinculação entre a educação profissional, o trabalho e as práticas sociais.
- ✓ Ética da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade, do respeito ao outro e ao bem comum.
- ✓ Preparação do aluno para o exercício da cidadania.
- ✓ Princípios pedagógicos fundamentais para a ação educacional que proporcione ao educando o aprender a aprender, o aprender a conhecer, o saber conviver e o aprender ser.
- ✓ Valorização do profissional em educação;
- ✓ Cursos de pós (extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado).

Corroborando com esses princípios, somam-se ainda outros princípios que fundamentam o processo ensino-aprendizagem no contexto da educação profissional, a saber:

a) Princípio da aprendizagem e de conhecimentos significativos. A aprendizagem significativa é o processo pelo qual um novo conhecimento relaciona-

se com os anteriormente construídos, ou seja, com os conhecimentos prévios. Do mesmo modo, os conhecimentos significativos são aqueles que se relacionam com a vivência, a prática e o cotidiano do trabalhador e que lhe permitem, a partir da motivação, a aquisição de novos conhecimentos.

b) Princípio de respeito ao ser e aos saberes dos educandos Jovens e adultos trabalhadores possuem identidades e culturas particulares, forjadas por um conjunto de crenças, valores, símbolos, do mesmo modo, trazem uma gama de conhecimentos oriundos da sua formação anterior, da sua prática no trabalho e das suas vivências extratrabalho. Todos esses saberes devem ser considerados no processo educativo, articulados com os novos conhecimentos que se produzem tanto no âmbito escolar, quanto no meio social, na perspectiva de aplicação prática. A consideração desses saberes pode ser concretizada pela certificação.

c) Princípio de construção coletiva do conhecimento O processo de construção do conhecimento é individual, entretanto, ele é mediado por múltiplas formas de interação social, incluindo-se aí as práticas escolares propostas pela instituição, viabilizadas pelo educador e compartilhadas entre o grupo de alunos. A construção coletiva de conhecimento contribui para tornar os conteúdos significativos para o grupo, além de propiciar a cooperação entre os educandos, possibilitando avanços cognitivos e afetivos.

d) Princípio da vinculação entre educação e trabalho: integração entre a Educação Básica e a Profissional e Tecnológica. Essa vinculação exige o rompimento com a tradicional fragmentação entre Educação Básica e Educação Profissional, promovendo sua construção de forma integrada e colaborativa. A educação integrada propicia a (re) construção de conhecimentos e atitudes ligados à emancipação humana, à cidadania e ao trabalho, condições necessárias para uma efetiva participação na vida social, política, cultural e para a (re)inserção digna no mundo do trabalho. Existe uma relação indissociável entre trabalho e educação, que se baseia na aquisição e produção de conhecimento pelos trabalhadores no e para o processo de trabalho. Essa é à base das sociedades humanas e nos tempos atuais, mais do que nunca, isso significa uma forte relação entre a tecnologia e a vida humana, o que tem reflexos sobre a educação. Para se (re) inserir no mundo do

trabalho numa perspectiva emancipada é preciso conhecer as tecnologias para saber aplicá-las, usá-las criticamente, o que pressupõe uma Educação Básica sólida.

e) Princípio da interdisciplinaridade com o objetivo de superar a fragmentação do conhecimento e qualificar as práticas educativas se faz necessário tomar a interdisciplinaridade como referência, substituindo a visão positivista, centrada nas distintas disciplinas isoladamente, para assumir uma visão de processo, defendendo a ideia do conhecimento como uma construção em rede, em diálogo entre as disciplinas. Com essa perspectiva pretende-se substituir os processos de transmissão lineares, por estratégias organizadoras de (re) construção de conhecimentos a partir da relação teoria-prática. Não obstante, é preciso ter claro que a interdisciplinaridade não pode ser entendida como a fusão de conteúdo ou de metodologias, mas sim como interface de conhecimentos parciais específicos que têm por objetivo um conhecimento mais global. É, pois, uma nova postura no fazer pedagógico para a (re) construção do conhecimento.

f) Princípio da avaliação como processo. A avaliação é concebida como momento de aprendizagem, tanto para educandos quanto para educadores, e entendida como diagnóstico orientador do planejamento, com vistas a promover a aprendizagem e avanços dos alunos e alunas.

6. Objetivos

Missão

Promover educação profissional pública de qualidade por meio da integração de atividades de ensino, extensão e pesquisa na formação de jovens e adultos críticos e reflexivos, com conhecimentos técnicos, científicos e humanísticos, compromissados com o mundo do trabalho e com a busca de soluções criativas para a sustentabilidade humana.

Visão

Consolidar-se como instituição reconhecida pela referência e excelência em educação profissional, especialmente nos eixos: SEGURANÇA, AMBIENTE e SAÚDE; INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO; DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL; PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN, tendo o trabalho colaborativo, a extensão e a pesquisa como base do processo educativo.

Valores

- ✓ Ética;
- ✓ Solidariedade;
- ✓ Eficiência;
- ✓ Respeito às diferenças;
- ✓ Compromisso com educação profissional de qualidade;
- ✓ Educação humanizada;
- ✓ Sustentabilidade (social, ambiental e econômica);
- ✓ Centralidade no sujeito que aprende.

Objetivos Institucionais

1. Promover interação autotransformadora entre escola e mundo do trabalho, a partir do desenvolvimento de um processo educativo que valorize a assunção de competências, habilidades e atitudes específicas dos eixos

tecnológicos: segurança e, ambiente e saúde; e que qualifiquem o exercício de atividades produtivas por parte dos egressos.

2. Oportunizar e oferecer qualificação profissional continuada e em serviço para os trabalhadores em educação.

3. Diagnosticar a situação atual da necessidade da oferta de cursos, diversificando-os em conformidade com as relações com o mundo do trabalho.

4. Estabelecer métodos de acompanhamento e avaliação do processo didático-pedagógico.

5. Promover educação profissional nos eixos tecnológicos: segurança e, ambiente e saúde, nos níveis de qualificação profissional, técnicos e pós-técnicos, em conformidade com a legislação vigente.

6. Sensibilizar a comunidade escolar sobre os pressupostos de educação profissional.

7. Mobilizar a sociedade civil, com vistas à articulação das ações de educação profissional com as demandas sociais.

8. Estabelecer relações com as diversas instituições visando o fortalecimento de parcerias na oferta de educação profissional.

9. Definir sistemática de acompanhamento de egressos.

10. Aprimorar conhecimentos para aplicação de normas de higiene pessoal e ambiental.

11. Oportunizar o desenvolvimento associado da teoria e da prática, no processo pedagógico, incluindo o acesso ao curso pela flexibilização curricular e metodológica, permitindo ao aluno a continuidade dos estudos quanto aos seus interesses e possibilidades.

12. Estabelecer parcerias junto aos órgãos de Saúde, entre outros, para o desenvolvimento de projetos específicos dos eixos tecnológicos: segurança e, ambiente e saúde.

13. Expandir as atividades de extensão com a inserção da educação para saúde em comunidades carentes, escolas, bem como realização de palestras, oficinas, projetos de ação comunitária nos eixos tecnológicos: segurança e, ambiente e saúde.

14. Promover a educação profissional em nível de qualificação profissional, técnico de nível médio e pós-técnico nas modalidades presencial e modalidade hibrida educação online, considerando os aspectos teóricos dos componentes curriculares e contribuindo para as discussões inerentes as atividades presenciais desempenhadas nos laboratórios do CEP-ETP e das Unidades Remotas ou das atividades práticas supervisionadas ocorridas.

15. Desenvolver processos de formação continuada e educação técnica de nível médio no âmbito do PRONATEC e MEDIOTEC.

16. Expandir as ações educacionais (cursos de qualificação profissional, técnicos e pós-técnicos) do CEP-ETP nas novas unidades remotas.

17. Continuar a reestruturação do currículo dos cursos ofertados pelo CEP-ETP.

18. Utilizar recursos das novas tecnologias digitais como apoio, complementação e estratégia de formação em todos os cursos.

19. Criar novos cursos de qualificação profissional, técnicos e pós-técnicos em todas as modalidades da educação pública do Distrito Federal.

20. Inserir em todos os cursos novas práticas didáticas tais como Metodologias Ativas, Trabalho Colaborativo, Aprendizagem Baseada em Problemas, Pedagogia de Projetos, Educação a Distância, entre outros, que contribuam para a melhoria do processo de aprendizagem.

21. Realizar projetos de formação inicial e continuada em pesquisa científica para educadores.

22. Fomentar a pesquisa cientifica buscando apoios externos: Universidades, Secretarias de Estado, FAP e Ministérios.

23. Implementar e divulgar cursos de especialização em nível médio nas áreas concernentes aos eixos tecnológicos.

24. Incentivar atividades de extensão e pesquisa nas áreas concernentes aos eixos tecnológicos.

25. Adequar o CEP-ETP aos novos rumos definidos pela Reforma da Educação Profissional; promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com competências e habilidades para o exercício de

atividades produtivas, específicas do eixo tecnológico: ambiente, saúde e segurança.

26. Oportunizar a capacitação dos docentes para atuarem no desenvolvimento de competências e habilidades de seus alunos, através de metodologias e tecnologias inovadoras.

27. Diagnosticar a situação atual da necessidade da oferta de cursos, diversificando-os conforme o mercado de trabalho.

28. Estabelecer métodos de acompanhamento e avaliação do processo didático-pedagógico.

29. Promover educação profissional no eixo tecnológico SEGURANÇA, AMBIENTE e SAÚDE; INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO; DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL; PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN nos níveis técnicos e de formação inicial e continuada, em conformidade com a legislação vigente.

30. Sensibilizar a comunidade escolar sobre os novos pressupostos de educação profissional.

31. Mobilizar a sociedade civil, com vistas à articulação das ações de educação profissional com as demandas sociais.

32. Estabelecer relações com as diversas instituições visando o fortalecimento de parcerias na oferta da educação profissional.

33. Definir sistemática de acompanhamento de egressos.

34. Aprimorar competências e habilidades profissionais para o desempenho de papéis produtivo diretamente relacionado com a ocupação de Técnico em Enfermagem, Técnico em Nutrição e Dietética, Técnico em Saúde Bucal e Técnico em Análises Clínicas.

35. Aprimorar conhecimentos para aplicação de normas de higiene pessoal e ambiental.

36. Oportunizar o desenvolvimento associado da teoria e da prática, no processo pedagógico, incluindo o acesso ao curso pela flexibilização curricular e metodológica, permitindo ao aluno a continuidade dos estudos quanto aos seus interesses e possibilidades.

37. Promover a Formação Inicial e Continuada ou das práticas de estágio curricular, supervisionado ocorridas em instituições parceiras.

38. Estabelecer parcerias junto aos órgãos de Saúde para o desenvolvimento de projetos na área.

39. Expandir as atividades de extensão com a oferta de palestras e oficinas envolvendo os temas inerentes à saúde pública.

7. Concepções Teóricas que fundamentam as Práticas Pedagógicas

O homem não é um ser fragmentado, um “Frankenstein” dividido e depois juntados em partes. É um ser único, especial e singular, na inteireza de sua essência, na inefável complexidade de sua presença. E a educação é uma grande arte de convivência, que une os homens entre si em torno do direito do aprender e da conquista da cidadania.

Na sociedade atual, a escola é chamada a desempenhar intensivamente um conjunto de funções diversas. Além da função de instituir e avaliar, a escola tem de orientar (pedagógica, vocacional e socialmente), de cuidar e acolher jovens e adultos, de se relacionar ativamente com a comunidade, de gerir e adaptar currículos, de coordenar um grande número de atividades, de organizar e gerir recursos e informações educativas, de autogerir e se administrar, de auto avaliar, de ajudar a formar seus próprios docentes, de avaliar projetos e de abordar a importância ao longo de toda a vida (ALARCÃO, 2001).

A Educação Profissional na atividade educativa pauta o Currículo que enfatiza a formação humana do cidadão como busca de emancipação, o sujeito que pensa sua atividade profissional e domina os pressupostos científicos e tecnológicos do seu fazer profissional. Vale alertar sobre um planejamento articulado que atenda o proposto no artigo 36-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sobre uma Educação Profissional para além do treinamento e do mero assistencialismo. Avaliar tais práticas implica uma organização comprometida com um novo paradigma.

Segundo as Diretrizes da Educação Profissional (2013), deve haver flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização e atualização permanente de seus cursos, currículos e programas, garantindo, porém, identidade, utilidade e clareza na identificação dos perfis profissionais de conclusão de seus cursos, programas e organizações curriculares. O compromisso com uma formação profissional implica que as instituições educacionais a adotem em todas as modalidades. Esses desenhos buscam a integração por meio de mecanismos como a criação de eixos integradores do curso para viabilizar a integração de formação

básica com a formação profissional, mediante as áreas do conhecimento, dimensões articuladoras e sua funcionalidade na integração entre as áreas, suas abordagens metodológicas (ensino-aprendizagem) e avaliação, visando atender efetivamente um perfil social e laboral. Trata-se de procurar garantir o compromisso entre a qualidade de ensino e a aprendizagem das novas gerações, apontando para uma reflexão significativa da sociedade. Vale ressaltar que a compreensão do termo modalidade de educação neste documento é rigorosamente vinculada àquela registrada no Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Ao situar disciplinas e cursos isolados em uma abordagem relacional, amenizando os enquadramentos e classificações, abrem-se maiores possibilidades para que os estudantes entendam suas aprendizagens e saberes.

Ao pensarmos a questão do currículo é primordial estabelecer relações interdisciplinares, a saber: Multidisciplinar, Interdisciplinar e Transdisciplinar.

Para maior consciência da realidade, para que os fenômenos complexos sejam observados, vistos, entendidos e descritos, torna-se cada vez mais importante a confrontação de olhares plurais na observação da situação de aprendizagem. Daí a necessidade de um trabalho de equipe realmente pluridisciplinar. A postura interdisciplinar implica mudança de paradigmas, no sentido de dialogar com os saberes e estabelecer uma relação com o conhecimento socialmente produzido. Como pressuposto para este trabalho, a construção de um relacionamento ativo e crítico de professores, estudantes, conhecimento e transdisciplinaridade adota um fluxo sem direções, hierarquias, mas aplicado ao paradigma rizomático do saber. Tais olhares metodológicos consolidam a prática educativa na Educação Profissional.

A educação profissional pode ser entendida a partir de três dimensões interdependentes, quais sejam: a formação para atuação no mundo do trabalho; a complexidade do sujeito que aprende e a formação para o exercício da cidadania. Dessa forma, para a implantação dessa nova concepção educacional, é fundamental considerar alguns pressupostos:

a) O ponto de partida é o sujeito educando, percebido nas suas múltiplas dimensões, das quais se destacam a sua identidade como jovem ou adulto,

trabalhador e cidadão, que se afirma a partir dos referenciais de espaço, tempo e a sua diversidade sociocultural.

b) O trabalho como princípio educativo é, essencialmente, uma concepção que se fundamenta no papel do trabalho como atividade vital que torna possível a existência e a reprodução da vida humana e, consequentemente da sociedade. Assim, é fundamental para a sua compreensão, a superação das falsas dicotomias entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum e entre teoria e prática. Por essa perspectiva, a articulação entre ciência e tecnologia é determinante para a integração entre a Educação Básica e Profissional.

c) As novas demandas de formação do trabalhador. A partir do exercício contínuo e interdependente do tripé ensino, pesquisa extensão favorecer a introdução de novas tecnologias e técnicas de gestão aponta para uma formação integral dos trabalhadores, que, para permitir a sua inserção e permanência no mundo do trabalho, devem considerar: maior conhecimento científico e tecnológico; raciocínio lógico e capacidade de abstração; capacidade de redigir e compreender textos; proatividade, sociabilidade e liderança; capacidade de lidar com problemas novos, criatividade e inovação; solidariedade, capacidade de organização e de atuação em grupo, consciência dos próprios direitos; capacidade de tomar decisões.

d) Relação entre currículo, trabalho e sociedade O currículo deve ser construído a partir do conjunto das relações sociais estabelecidas pelos trabalhadores, setor produtivo e a sociedade. Nessa construção, é necessário se levar em consideração os conhecimentos, as experiências dos sujeitos bem como suas diversidades. Dessa forma, o currículo precisa expressar claramente essas relações nos seus princípios, programas e metodologias e não se constituir apenas como uma série ordenada de conteúdo.

8. Organização do trabalho pedagógico da unidade escolar

O CEP-ETP, estimula a equipe a refletir e agir no sentido de aproveitar as potencialidades existentes e desenvolver competências para construir, coletivamente, soluções coerentes para dificuldades encontradas, tornando possível efetivar um processo de ensino-aprendizagem de qualidade, em que todos estejam dispostos a cooperar e emancipar para um mundo cada vez mais exigente.

No trabalho pedagógico, é essencial que o método de estudo restabeleça as relações dinâmicas e dialéticas entre os conceitos, reconstituindo as relações que configuram a totalidade concreta da qual se originaram, de modo que o objeto a ser conhecido se revele gradativamente em suas peculiaridades próprias. É pressuposto essencial do chamado “currículo integrado”, a organização do conhecimento e o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de tal maneira que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar e compreender, de sorte que o estudante desenvolva um crescente processo de autonomia em relação aos objetos do saber. Trabalho, ciência, tecnologia e cultura são desta forma entendida como dimensões indissociáveis da formação humana, partindo-se do conceito de trabalho, simplesmente pelo fato de ser o mesmo compreendido como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e de objetivação da vida humana. A dimensão ontológica do trabalho é, assim, o ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos diferentes grupos sociais.

Da Gestão Democrática no CEP-ETP

A finalidade da Gestão democrática no CEP-ETP é garantir o ensino profissional de qualidade, a centralidade do CEP-ETP e o caráter público dos serviços prestado, à gestão e à destinação. Será efetivada pelos seguintes mecanismos de participação:

I. Direção
   a. Diretor;
   b. Vice-Diretor;

c. Supervisão Pedagógica e Administrativa;
d. Secretario escolar.

II. Órgãos Colegiados:
a. Assembleia Geral Escolar;
b. Conselho Escolar;
c. Conselho de Classe.

Da Equipe Gestora

A equipe gestora do CEP-ETP é composta por Diretor e Vice-Diretor, Supervisores e Chefe de Secretaria, conforme a modulação do CEP-ETP, em consonância com as deliberações do Conselho Escolar, respeitadas as disposições legais.

Direção e da Vice Direção

À Direção e Vice Direção do CEP-ETP, compete cumprir o Termo de Compromisso assinado no ato da posse, que contemplará as competências da Gestão Democrática nos aspectos administrativo, pedagógico e financeiro, além daquelas decorrentes do cargo, bem como as atribuições a serem definidas pela SEDF. A escolha do Diretor e do Vice-Diretor do CEP-ETP será feita mediante legislação vigente.

Do Corpo Docente

O Corpo Docente do CEP-ETP é constituído por docentes legalmente habilitados e pertencentes à Carreira Magistério Público do Distrito Federal. Podem, ainda, atuar, no CEP-ETP em caráter de substituição, docentes não pertencentes à Carreira de Magistério Público, para atendimento a situações emergenciais ou de excepcional ausência de professor titular, contratados temporariamente pela SEDF com base na legislação vigente.

Do Corpo Discente

O Corpo Discente é constituído pelos estudantes devidamente matriculados no CEP-ETP. Os direitos e deveres destes estudantes estão descritos no regimento escolar.

Da Supervisão Escolar

A Supervisão Escolar do CEP-ETP é formada por Supervisor Administrativo e Supervisor Pedagógico. A Supervisão do CEP-ETP, em articulação com os demais profissionais da equipe gestora, será responsável pela supervisão pedagógica, administrativa e financeira em consonância com as deliberações do Conselho Escolar, respeitadas as disposições legais.

À Supervisão Administrativa do CEP-ETP, sob a responsabilidade do profissional qualificado (o Supervisor Administrativo) compete auxiliar a Direção nos campos orçamentário e financeiro, a alocação e manutenção de recursos materiais e de instalação física, à locação e movimentação de pessoal docente e administrativa, a contratação de serviços de terceiros e aos serviços de reprografia, expediente e controle patrimonial.

À Supervisão Pedagógica do CEP-ETP, por meio de um trabalho articulado junto à Direção, cabe auxiliar os docentes no planejamento das atividades diárias, na organização do espaço-tempo escolar, no estabelecimento de uma prática avaliativa autotransformadora e na elaboração/atualização das matrizes curriculares. Além disso, por meio de constantes estudos, o supervisor pedagógico deve assegurar a qualidade dos cursos, dar atendimento ao corpo discente visando à qualidade de seu aprendizado, acompanhar a oferta e realização do Estágio Curricular supervisionado, APS (Atividades Práticas Supervisionadas) e demais atividades que se fizerem necessárias.

Da Secretaria Escolar

À Secretaria Escolar do CEP-ETP, em articulação com os demais profissionais da equipe gestora, compete o planejamento e a execução de atividades de escrituração escolar, de arquivo, de expediente e de atendimento a estudantes, a docentes, às famílias e/ou responsáveis legais em assuntos relativos à

sua área de atuação. A Secretaria Escolar é dirigida pelo Chefe de Secretaria Escolar, nomeado e legalmente habilitado ou devidamente autorizado pelo órgão competente da SEDF para o exercício da função A Secretaria Escolar do CEP-ETP deverá contar com Apoios Técnico-administrativos necessários ao cumprimento de suas competências.

Da Escrituração Escolar

A escrituração escolar é o registro sistemático dos fatos relativos à vida escolar do estudante, de forma a assegurar, a qualquer tempo, a verificação da identidade, da autenticidade de sua vida escolar e da regularidade de seus estudos, bem como do funcionamento do CEP-ETP.

Da Assembleia Geral Escolar

A Assembleia Geral Escolar, instância máxima de participação direta da comunidade escolar, abrange todos os segmentos escolares e é responsável por acompanhar o desenvolvimento das ações do CEP-ETP. A Assembleia Geral Escolar se reunirá ordinariamente a cada seis meses, ou extraordinariamente, sempre que a comunidade escolar do CEP-ETP indicar a necessidade de ampla consulta sobre temas relevantes, mediante convocação:

Do Conselho Escolar

No CEP-ETP funcionará um Conselho Escolar, órgão de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa da comunidade escolar, regulamentado pela SEDF. O Conselho Escolar do CEP-ETP será composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, vinte e um conselheiros, conforme quantidade de estudantes do CEP-ETP prevista em legislação vigente.

Do Conselho de Classe

O Conselho de Classe do CEP-ETP é órgão colegiado integrante da Gestão Democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e das aprendizagens.

Da Caixa Escolar

A Caixa Escolar do CEP-ETP, de direito privado criada com o objetivo específico de apoiar a em sua gestão pedagógica, administrativa e financeira, sem caráter lucrativo. A organização e o funcionamento da Caixa Escolar do CEP-ETP estão regidos pelas normas legais vigentes e estabelecidos em estatuto próprio ou em seu Regimento.

Da Educação a Distância

O CEP-ETP poderá ofertar Cursos Técnicos a Distância, inclusive, a partir da Rede e-Tec Brasil após aprovação do Conselho de Educação do Distrito Federal. Os Cursos na modalidade EaD (Educação a Distância) ofertados pelo CEP-ETP funcionarão conforme as normas legais vigentes.

O material didático fornecido ao estudante deve estar em consonância com o curso, podendo ser oferecido na forma de mídia ou impresso e em linguagem dialógica com os estudantes.

Segundo Artigo 58 do Conselho de Educação do Distrito Federal os cursos técnicos de nível médio oferecidos na modalidade de educação a distância do eixo tecnológico Ambiente e Saúde, segmento Saúde, devem cumprir, no mínimo, 20% (vinte por cento) de carga horária presencial, nos termos da legislação vigente (Resolução nº 1/2012, CEDF).

A comunidade escolar do C E P - E T P elaborará o Guia do Estudante, contendo informações sobre a estrutura e o funcionamento do curso; os polos; o atendimento aos estudantes pela Secretaria Escolar; os prazos; os encontros presenciais; as rotinas e os cronogramas, disponibilizando-os aos estudantes no início do período letivo. A Coordenação do Curso deverá informar ao estudante, no início de cada período letivo, o programa de cada Componente Curricular, informando objetivos, unidades didáticas, atividades e avaliações.

Deverá ser assegurada aos estudantes a participação no processo de ambientação virtual do curso, objetivando garantir a navegação segura nas ferramentas de interação (fóruns, mensagens, outros) e nos recursos da sala virtual (tarefas, enquetes, diário reflexivo, outros).

Do Polo de Apoio à Aprendizagem Presencial

O Polo de Apoio à Aprendizagem Presencial é uma unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas a cursos e programas ofertados a distância pelo CEP-ETP. A Instituição que abriga o Polo de Apoio à Aprendizagem Presencial será responsável pela manutenção adequada de equipamentos do laboratório, assegurando aos estudantes o acesso às salas de aula e à biblioteca, sob supervisão do Coordenador de Polo, conforme legislação vigente.

Das Atividades Práticas Supervisionadas e Estágio Curricular

As Atividades Práticas Supervisionadas – APS e o Estágio Curricular são atividades de aprendizagem social, profissionais e culturais devidamente supervisionados, que visam à preparação para o trabalho.

São consideradas atividades práticas curriculares as Atividades Práticas Supervisionadas e o Estágio Curricular: As Atividades Práticas Supervisionadas proporcionarão aos estudantes uma vivência prática e/ou observacional do seu aprendizado, devendo ser prevista no Plano de Curso dos cursos e estar voltadas ao aprendizado e desenvolvimento das competências e habilidades concernentes às respectivas profissões, mediante vivências reais, visando dotá-lo de responsabilidades crescentes como agente prestador de cuidados e atenção à saúde, compatíveis com o seu grau de autonomia. O Estágio Curricular destina-se aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal regularmente matriculado em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

As Atividades Práticas Supervisionadas podem ser entendidas como atividades ou ações que se encontram e articulam com o conhecimento prático, vinculado à realidade da área estudada, a partir de um objeto de estudo que tem como finalidade conhecer ou aprofundar algo específico do tema a ser trabalhado. As Atividades Práticas Supervisionadas são desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação do docente da instituição de ensino, que acompanhará, integralmente, os estudantes no cenário, durante todos os períodos das atividades.

O Estágio Curricular é um ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes que estejam frequentando regularmente as atividades. Objetiva a melhoria do desenvolvimento e amadurecimento pessoal do estudante, bem como a sensibilização para as atividades profissionais da área. Ressalta-se que essa deverá ser realizada com supervisão de um profissional devidamente habilitado e em cenários que tenham condição de proporcionar experiência prática na área de formação, devendo o estudante, para este fim, estar apto para as atividades requeridas. O docente da instituição deverá acompanhar o estudante no mínimo em 20% do total da carga horária semanal do Estágio Curricular.

Constituem campos de ensino as estruturas orgânicas e entidades vinculadas, desde que apresentem condições para: planejamento e execução conjuntos das atividades de Estágio Curricular e Atividades Práticas Supervisionadas; aprofundamento dos conhecimentos teórico práticos de áreas específicas de trabalho; orientação e acompanhamento por parte de profissionais com qualificações adequadas ao curso; vivência efetiva de situações reais da vida e trabalho num campo profissional; e avaliação das atividades desenvolvidas nos cenários de ensino.

Cenários são os espaços no interior do campo de Estágio Curricular /Atividades Prática Supervisionada onde ocorrem de fato as atividades práticas de ensino.

Docente da instituição de ensino: é o profissional da instituição de ensino que atua em cenários de ensino, acompanhando, orientando e avaliando os estudantes em estruturas orgânicas e entidades vinculadas contribuindo para formação profissional e cidadã do estudante. Deverão comprovar registro, no Distrito Federal, em seu órgão de classe profissional.

O Estágio Curricular na educação profissional deve ser oferecido de acordo com a Organização Curricular e com o Plano de Curso correspondente ofertado pelo CEP-ETP. O estudante é encaminhado à instituição conveniada, conforme critérios previamente definidos, consideradas as peculiaridades do curso e podendo ser submetido a processo seletivo.

A realização do Estágio Curricular depende de prévia formalização, por meio de Termo de Compromisso entre o CEP-ETP a instituição conveniada e o estudante, conforme legislação vigente, contendo:

1. Carga horária;
2. Duração;
3. Jornada;
4. Apólice de seguro obrigatório;
5. Plano de atividades do estagiário;
6. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data do início do Estágio Curricular;
7. Respeitar as exigências relativas à prática de atividades insalubres;
8. Ter cursado com aproveitamento a disciplina de ética aplicada, no curso TÉCNICO EM ENFERMAGEM;
9. Ter cursado os pré-requisitos com aproveitamento, que envolva as atividades práticas que serão desenvolvidas no campo;
10. Cumprir rigorosamente o número total de dias, a carga horária diária, as normas e rotinas relativas à atenção à saúde, à ordem e disciplina entre outras, conduzindo-se dentro dos princípios éticos profissionais da convivência social e manter postura acadêmica de aprendiz, mas já com responsabilidade profissional. Poderá desenvolver atividades específicas da sua área de formação desde que faça sob a supervisão direta do supervisor campo/cenário de ensino, sendo-lhe vedado assumir, pessoalmente a responsabilidade pelo exercício das funções, sob pena de se caracterizar o exercício ilegal da profissão;
11. Cada estudante deverá integralizar a carga horária destinada ao estágio curricular dentro do prazo estabelecido por cada plano de curso. Em caso de desistência voluntária, o estudante deverá o “termo de desistência voluntária programado” e ser alocado no final da lista de espera, conforme disponibilidade de vagas e legislação vigente.
12. Demais condições pertinentes ao Estágio Curricular.

Em caso de desistência ou cancelamento do Estágio Curricular /Atividades Práticas Supervisionadas de algum estudante, o crachá de identificação deverá ser devolvido a Instituição de Ensino.

O crachá de identificação deve ser zelado pelo estudante e pelo docente do CEP-ETP. Em caso de extravio de qualquer natureza o estudante e/ou docente deve registrar boletim de ocorrência policial e providenciar emissão de 2ª via.

No caso de renovação do Estágio Curricular/APS, devem ser formalizados novo Termo de Compromisso ou pode ser efetuado aditamento ao existente.

O estagiário é obrigado, mediante o Termo de Compromisso, a cumprir as condições fixadas para o Estágio Curricular/APS.

De acordo com o art. 4º, 7º e 67º do Estatuto da criança e do Adolescente-ECA, a lei nº 13.287/16, a Portaria MT nº 3214/78 é vedada a realização de APS e Estágio Curricular para estudante durante o período de gestação e lactação.

O Estágio Curricular/APS realizado pelo estudante não estabelece vínculo empregatício. A responsabilidade do planejamento e o efetivo acompanhamento do Estágio Curricular/APS são de competência do CEP- ETP.

Para o estágio não obrigatório e/ou extra-curricular, caberá à equipe gestora do CEP-ETP indicar profissional responsável pelo pela avaliação das atividades do estagiário, por meio de relatório periódico e não superior a seis meses de atividades.

É vedada a cobrança de qualquer taxa referente às providências administrativas para obtenção e realização do Estágio Curricular/APS, sob qualquer pretexto. O Estágio Curricular/APS previsto neste Regimento é realizado de acordo com a legislação vigente.

Da Coordenação Pedagógica

A Coordenação Pedagógica constitui-se em um espaço-tempo de reflexões sobre os processos pedagógicos de ensino e de aprendizagem e formação continuada, tendo por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas. São constituintes da Coordenação Pedagógica do CEP-ETP:

- Coordenador geral;
- Coordenador técnico;

- Coordenador conforme designação da legislação vigente.

No CEP-ETP haverá tantos Coordenadores quanto definidos conforme legislação vigente. Cabe ao Coordenador Pedagógico do CEP-ETP articular ações que garantam a realização da Coordenação Pedagógica.

São atribuições comuns a todos os Coordenadores:

- Elaborar, anualmente, Plano de Ação das atividades de Coordenação Pedagógica no CEP-ETP;
- Participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação do Projeto Pedagógico – PP do CEP-ETP;
- Orientar e coordenar a participação docente do CEP-ETP nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Organização Curricular;
- Divulgar e incentivar a participação dos docentes do CEP-ETP em todas as ações pedagógicas promovidas pela SEDF;
- Estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação do Currículo da Educação Profissional e das Orientações Pedagógicas da SEDF, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe, e de oficinas pedagógicas locais, assegurando a Coordenação Pedagógica como espaço de formação continuada;
- Divulgar, estimular e apoiar o uso de recursos tecnológicos no âmbito do CEP ETP;
- Coordenador com os processos de avaliação institucional, articulando os três níveis de avaliação, com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem e recuperação dos rendimentos/ desempenho escolar.
- Colaborar com elaboração e/ou reestruturação dos Planos de Cursos do CEP-ETP
- Colaborar com o processo seletivo.
- As atribuições específicas dos coordenadores devem observadas na legislação vigente.

Da Equipe de Apoio

Entende-se por Equipe de Apoio a integração dos três Serviços de Apoio aos estudantes no CEP-ETP: Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, Orientação Educacional e Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos, que atuarão de forma integrada e fundamentados teórico-metodologicamente na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural.

Da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem

A Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, intitulada EEAA, é multidisciplinar, composta de profissionais com formação em Pedagogia e em Psicologia, que tem como objetivo principal contribuir para a superação das dificuldades presentes no processo de ensino e escolarização, por meio de uma atuação institucional. A atuação da EEAA pauta-se em ações que ocorrem nos espaços e tempos do contexto escolar, tais como o mapeamento institucional, o suporte ao trabalho da gestão escolar, a assessoria ao processo de ensino-aprendizagem desenvolvido por meio de intervenções nas dificuldades de escolarização.

Da Orientação Educacional

A Orientação Educacional é serviço especializado, desempenhado pelo Pedagogo - Orientador Educacional, para o acompanhamento e o apoio dos profissionais da educação, dos estudantes, seus familiares e articulação da comunidade escolar e da rede externa (rede social ou rede de apoio), quanto ao processo de ensino e aprendizagem e das relações humanas que os cercam.

A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade.

Do Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos

O Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos caracteriza-se como serviço de natureza pedagógica conduzido por professor especializado, que suplementa, no caso de estudantes com Altas Habilidades/Superlotação, e complementa, no caso de estudantes com deficiência e Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD, o atendimento educacional realizado em classes comuns em todas as etapas e modalidades da Educação Profissional.

O Atendimento Educacional Especializado, intitulado por AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, considerando suas necessidades específicas.

O atendimento de que trata este artigo é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos do CEP-ETP ou em outra, preferencialmente no turno inverso ao da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado também nos Centros de Ensino Especial.

O professor que atua na Sala de Recursos deverá oferecer orientação e apoio pedagógico aos docentes das classes comuns em que os estudantes atendidos estejam regularmente matriculados.

O AEE em Sala de Recursos para estudantes com baixa visão; Deficiência Visual/Cego; deficiência auditiva leve, moderada, profunda e severa e surda cega contará, conforme o caso, com a participação de:

a. Professor que atua como intérprete educacional, para atuação em sala de aula comum em que esteja matriculado o estudante surdo, conforme previsto na estratégia de matrícula;

b. Professor que atua como guia-intérprete, para atuação junto ao estudante surdo cego;

Em casos de estudantes com Deficiência Auditiva leve, moderada, profunda e severa e surda cega, o Atendimento Educacional Especializado oferece, ainda, atendimento curricular específico, a ser desenvolvido por profissional devidamente habilitado.

Dos Espaços Essenciais e dos Recursos de Apoio ao Processo de Ensino e Aprendizagem

Constituem-se recursos de apoio ao processo de ensino e aprendizagem as tecnologias educacionais, o acervo bibliográfico paradidático e literário, o livro didático, o acervo videográfico, os periódicos, as obras de referência e os demais acervos.

A Sala de Leitura/Biblioteca Escolar, sob a responsabilidade de profissionais da educação, constitui-se em um espaço de aprendizagem e de orientação à pesquisa para toda a comunidade escolar, em consonância com a Orientação Pedagógica e com o Projeto Pedagógico – PP do CEP-ETP.

9. Concepções, práticas e estratégias de avaliação para o processo de ensino e de aprendizagem;

Da Avaliação Na Educação Profissional

A avaliação é um processo continuo para acompanhar o progresso do estudante de forma continuada e contribuir para que o estudante seja proativo na construção do conhecimento. Para tanto deve criar mecanismos de monitoramento permanente do processo de desenvolvimento da aprendizagem do estudante. A avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do processo sobre as eventuais provas finais.

A avaliação de aprendizagem utilizada para fins de validação e aproveitamento de saberes profissionais desenvolvidos em experiências de trabalho ou de estudos formais e não formais, deve ser propiciada pelos sistemas de ensino como forma de valorização da experiência extraescolar dos educandos, objetivando a continuidade de estudos segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos. A formação profissional compreende processos de avaliação contínua da aprendizagem com o objetivo de diagnosticar os saberes dos estudantes pelo domínio das competências e habilidades requeridas no planejamento curricular.

A avaliação na Educação Profissional reger-se-á pelos princípios pedagógicos da pesquisa e intervenção social e envolverá a participação nas atividades práticas de laboratórios, visitas técnicas, feiras, oficinas, Estágio Curricular e APS.

A avaliação formativa é a que engloba todas as atividades desenvolvidas por professores e seus alunos, com o intuito de fornecer informações a serem usadas como feedback para reorganizar o trabalho pedagógico. O feedback é um elemento de avaliação formativa, pois possibilita a informação ao aluno sobre seu desempenho no processo formativo, proporcionando a reflexão sobre recursos que poderá utilizar para melhorar sua atuação.

No CEP-ETP, o aluno será considerado apto (A) ou Não Apto (NA), por componente curricular, mediante a verificação do rendimento escolar pelos docentes, observando a situação de aprendizagem de cada aluno, a partir de estratégias e instrumentos específicos tais como:

I. Desempenho em trabalhos, experimentos, simulações, projetos, pesquisas, estudos de casos, exercícios, avaliações teóricas e outras atividades definidas pelos docentes de acordo com a direção e que demonstrem construção significativa de conhecimento.

II. Atuação permanente nas atividades de Estágio Curricular, APS, observadas e registradas pelo docente orientador.

O aluno poderá dar prosseguimento ao curso iniciado, mesmo tendo sido considerado Não-Apto (NA), desde que esse componente curricular não seja pré-requisito para o componente do módulo seguinte, conforme matriz curricular de cada curso técnico. O estudo dos componentes curriculares sem aproveitamento ficará sujeito às condições de oferta desses componentes curriculares pelo CEP-ETP.

No acompanhamento da aprendizagem escolar, além dos dispositivos legais, deve-se observar:

I. a utilização de, no mínimo, 2 (dois) momentos de avaliação mediante diferentes instrumentos e estratégias que possibilitem uma avaliação do estudante de forma contínua e cumulativa;

II. O domínio, pelo estudante, de habilidades e conhecimentos que se constituem em condições indispensáveis para as aprendizagens subsequentes.

No caso de serem adotados testes/provas como instrumento de avaliação, o valor a eles atribuído não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) da nota final de cada componente curricular.

No CEP-ETP o aluno é considerado apto com nota para igual ou superior a 7,0 (sete).

Somente a Média Final (MF) e a nota da Recuperação Final (RF) são arredondadas, obedecendo a intervalos de 0,5 (cinco décimos), de acordo com os seguintes critérios:

I. Nos intervalos de 0,01 a 0,24 e de 0,51 a 0,74, o arredondamento é para menos;

II. Nos intervalos de 0,25 a 0,49 e de 0,75 a 0,99, o arredondamento é para mais.

Ao final de cada componente curricular, após análise do processo de aprendizagem do estudante, os resultados devem ser expressos por uma das menções conceituadas e operacionalmente definidas a seguir:

Valores	Conceito	Definição Operacional
7,0 a 10,0 (Já considerados possíveis arredondamentos)	Apto	O estudante desenvolveu as habilidades requeridas, com o desempenho desejado conforme Plano de Curso.
0,0 a 6,5 (Já considerados possíveis arredondamentos)	Não Apto	O estudante não desenvolveu as habilidades requeridas.

O estudante terá o prazo máximo de 10(dez) dias uteis para interpor recurso ao resultado final do componente curricular junto à secretaria do CEP-ETP.

Avaliação Na Educação a Distância

A avaliação na Educação a Distância do CEP-ETP pressupõe um acompanhamento pedagógico contínuo do processo do desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, com vistas à identificação do problema e à adequada intervenção pedagógica. No processo de avaliação, devem ser consideradas as seguintes exigências:

a. Realização de atividades à distância no ambiente.

b. Participação em atividades/encontros presenciais previstos e mediados pelos docentes;

c. Auto avaliação do estudante no processo de aprendizagem;

d. Avaliação presencial por meio de prova, apresentações, seminários e outros;

e. Avaliação da organização do trabalho pedagógico e da plataforma.

O estudante da Educação a Distância do CEP-ETP somente poderá realizar avaliação final se for considerado apto ao longo do processo, a partir do desenvolvimento das atividades previstas no Ambiente Virtual.

Participação no Ambiente Virtual à avaliação far-se-á por meio do acompanhamento do desempenho do estudante nas ferramentas interativas (fóruns, mensagens, chats, outros) e com o suporte dos demais recursos virtuais (tarefas, enquetes, diário reflexivo, *web fólio*, outros), sendo exigida, para aprovação, pontuação mínima de 50% (cinquenta por cento) do valor previsto do total das atividades avaliativas realizadas pelo professor;

Realização obrigatória de, no mínimo, 01 (uma) atividade avaliativa presencial (seminário, teste, prova, outros), sendo exigida, para aprovação, pontuação mínima de 50% (cinquenta por cento) do valor previsto do total das atividades avaliativas realizadas pelo professor em cada componente curricular.

A avaliação na Educação a Distância deverá assegurar os princípios da avaliação formativa, conforme as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEDF.

A avaliação para as aprendizagens dos estudantes do CEP-ETP na Educação a Distância deverá ser contínua, processual e abrangente, incluindo a auto avaliação e a avaliação em grupo, sendo realizadas, preferencialmente, na forma presencial. Devem ser asseguradas aos estudantes, docentes e equipe a gestora do CEP-ETP avaliação do curso e das mediações pedagógicas.

O desempenho dos estudantes do CEP-ETP da Educação Profissional a distância deverá ser representada por conceitos, a partir da correspondência dos seguintes valores.

Ao final de cada componente curricular, após análise do processo de aprendizagem do estudante, os resultados devem ser expressos por uma das menções conceituadas e operacionalmente definidas a seguir:

- No CEP-ETP o aluno é considerado apto com nota para igual ou superior a 7,0 (sete);
- Somente a Média Final (MF) e a nota da Recuperação Final (RF) são arredondadas, obedecendo a intervalos de 0,5 (cinco décimos), de acordo com os seguintes critérios:

- Nos intervalos de 0,01 a 0,24 e de 0,51 a 0,74, o arredondamento é para menos;
- Nos intervalos de 0,25 a 0,49 e de 0,75 a 0,99, o arredondamento é para mais.

Ao final de cada componente curricular, após análise do processo de aprendizagem do estudante, os resultados devem ser expressos por uma das menções conceituadas e operacionalmente definidas a seguir:

Valores	Conceito	Definição Operacional
7,0 a 10,0 (Já considerados possíveis arredondamentos)	Apto	O estudante desenvolveu as habilidades requeridas, com o desempenho desejado conforme Plano de Curso.
0,0 a 6,5 (Já considerados possíveis arredondamentos)	Não Apto	O estudante não desenvolveu as habilidades requeridas.

O estudante terá o prazo máximo de 10(dez) dias uteis para interpor recurso ao resultado final do componente curricular junto à secretaria do CEP-ETP.

Dos Estudos de Recuperação

Os estudos de recuperação constituem parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem e tem como princípio básico o respeito à diversidade de características, de necessidades e de ritmos de aprendizagens de cada estudante do CEP-ETP. A recuperação de estudos deve ser realizada sob responsabilidade direta do professor do CEP-ETP, com apoio da família, por meio de intervenções pedagógicas aos estudantes sempre que surgirem dificuldades no processo.

A recuperação de estudos de ser processual, formativa, participativa e contínua. A recuperação contínua deve ser inserida no processo de ensino e de aprendizagem, no decorrer do componente curricular/semestre, assim que identificado o baixo rendimento do estudante.

A recuperação contínua e a final pressupõem a utilização de diferentes instrumentos e procedimentos de avaliação com o objetivo de promover a

aprendizagem e evidenciar os avanços dos estudantes. A nota da recuperação final substitui o resultado anterior, expresso pela média final, se maior.

O resultado da recuperação final é registrado no Diário de Classe, em ata própria e na Ficha Individual do Estudante, sendo comunicado ao interessado por meio de instrumento próprio. Os resultados da recuperação deverão ser devidamente registrados no Diário de Classe, pelo professor.

O CEP-ETP, de acordo com seu Projeto Pedagógico – PP e com a necessidade da comunidade escolar, pode utilizar todos os espaços pedagógicos disponíveis para desenvolver atividades de intervenção junto aos estudantes que estejam em processo de recuperação.

Da Certificação

Cabe ao CEP-ETP expedir Históricos Escolares, declarações de conclusão de curso e Diplomas ou Certificados de Conclusão, com as especificações cabíveis, observada a legislação vigente.

O CEP-ETP providencia o registro de Diplomas e de Certificados nos termos da legislação vigente e encaminha a relação nominal dos concluintes ao órgão competente da SEDF, para publicação, devendo apresentar, o Livro de Registro de Certificados/Diplomas para conferência. Para elaboração de Certificados e/ou Diplomas, o CEP-ETP deverá observar a legislação vigente.

Na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o CEP-ETP responsável pela última certificação em todos os módulos de uma habilitação profissional deve expedir o correspondente Diploma, observado o requisito de conclusão de Ensino Médio.

Os Diplomas devem registrar o título de técnico na respectiva habilitação profissional, mencionando o Eixo Tecnológico à qual se vincula.

Os Certificados de Formação Inicial e Continuada - FIC devem explicitar o título da ocupação certificada.

Os Históricos Escolares que acompanham os Certificados e os Diplomas devem explicitar as competências profissionais certificadas.

A aprovação em todos os componentes curriculares do módulo concede ao estudante direito ao Certificado, correspondente à etapa intermediária prevista no Plano de Curso, e ao Diploma de nível técnico desde que o estudante tenha concluído o ensino médio.

É vedado ao CEP-ETP, sob qualquer pretexto, condicionar a expedição de documentos escolares ao pagamento de taxas ou de contribuições.

10. Organização curricular da unidade escolar

Em qualquer organização curricular é preciso considerar pelo menos dois pontos básicos, a saber: não há neutralidade em sua constituição e sua existência está imbricada com o contexto social.

O currículo de uma instituição não é um instrumento neutro, pelo contrário, é carregado de intencionalidade e se organiza a partir da visão do mundo que os integrantes da comunidade escolar socializam. Assim, a construção do currículo de uma escola inclui a decisão coletiva sobre ideologia, ou seja, a escola identifica e desvela os constituintes ideológicos do conhecimento escolar em que as ações pedagógicas estarão ancoradas. Esse processo de tomada de decisão deve ser plural, dialógico e colaborativo. Por isso, o segundo ponto básico diz respeito à assunção de que o currículo não existe em separado do contexto social em que está sendo produzido.

Portanto, a organização curricular, consubstanciada nos planos de curso, é prerrogativa e responsabilidade do CEP-ETP, nos termos do projeto político-pedagógico e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Assim, a Organização Curricular do CEP-ETP abrange todas as atividades educacionais desenvolvidas no ambiente escolar propiciando aos estudantes a formação de relações democráticas, solidárias, éticas e críticas na perspectiva de uma Educação Integral que valorize a diversidade, a sustentabilidade, a cidadania, a conquista e a garantia dos direitos humanos. Com isso, o planejamento das atividades pedagógicas deve ser elaborado pelos docentes, sob a coordenação de integrantes da equipe gestora e coordenadores pedagógicos. As Orientações Curriculares de cursos oferecidos à distância seguem os dispositivos legais referentes à matéria.

É importante ressaltar que a Organização Curricular no CEP-ETP é fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nas Orientações Curriculares Nacionais, nas Diretrizes Pedagógicas da SEDF, no Currículo da Educação Profissional e nas demais normas vigentes aprovadas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF e a oferta de educação profissional técnica de

nível médio pelo CEP-ETP compreende a formação prevista no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

O regime de ensino no CEP-ETP é de semestralidade e cada módulo é constituído pelo conjunto de componentes curriculares trabalhados no semestre. A Educação Profissional na atividade educativa enfatiza a formação humana do cidadão como busca de emancipação, o sujeito que pensa sua atividade profissional e domina os pressupostos científicos e tecnológicos do seu fazer profissional.

Dessa maneira, a Organização Curricular do CEP-ETP é constituída sob o amparo da Lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), das leis complementares de que trata o tema e das resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo a mais recente, a resolução nº 01/2012, além das resoluções do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF). Nesse sentido, os referidos documentos consideram que a teoria e a prática profissional estão imbricadas em processos metodológicos que contemplam o saber conhecer, saber ser, saber fazer, saber conviver.

As matrizes curriculares são organizadas de modo a favorecer a relação teoria e prática, valorizando as áreas de conhecimento.

Em consonância com a missão institucional as atividades práticas supervisionadas são elementos constituintes dos cursos ofertados pelo CEP-ETP e a implementação do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Segurança e, Ambiente e Saúde se constituirá como uns lócus privilegiado de ações de ensino, pesquisa e extensão, bem como fomento de ações pedagógicas interdisciplinares e fundamentais para o desenvolvimento da visão e dos valores do CEP-ETP.

Isto porque, as Diretrizes Curriculares Nacionais destacam que a formação técnica deve fundamentar-se no desenvolvimento de competências. O processo ensino-aprendizagem fundamentado por competências está imbricado com a mobilização, por parte dos estudantes, de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experiências para lidar com situações, problemas e dilemas da vida real, e sua certificação expressa legitimação social de pessoas que podem reivindicar junto aos conselhos pertinentes o reconhecimento para atuar como um profissional da área em que foi diplomado. (GDF, 2014).

Segundo Aguiar e Ribeiro (2010), não se pode medir a competência de um estudante, ou seja, não é possível avaliar a competência diretamente, mas, esta pode ser inferida pelo desempenho, pela articulação de tarefas e valores, que darão a noção de competência profissional com base em padrões ou critérios definidos. Neste caso, é mister que uma instituição que organiza sua prática pedagógica em competências construa uma matriz de competências para orientar o processo de avaliação ao longo do itinerário formativo do estudante.

Sendo assim, no ano de 2015, foi desenvolvido no CEP-ETP, no espaço-tempo destinado à coordenação pedagógica, um curso de Formação Inicial e Continuada em que um grupo de trabalho assumiu o compromisso de elaborar uma matriz de referência para os cursos desenvolvidos pela instituição, tendo como referências a matriz utilizada pelo Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília.

O grupo assumiu o conceito de que a competência é desenvolvida pelo sujeito. Ou seja, a competência do sujeito não é um estado inato ou que se possa reduzir a certo conhecimento específico. Para Le Boterf (2003) a competência se dá em uma trama complexa de relações constituída pelo sujeito (sua biografia, processo histórico-sociocultural), pela sua formação educacional e pela sua experiência profissional. Neste caso, a competência se constitui como um saber fazer responsável e que é reconhecido pelos outros. Competência implica saber como mobilizar, integrar, construir e compartilhar conhecimentos, recursos e habilidades, em um contexto profissional determinado.

A Tabela 01 apresenta a matriz de referência para a Educação Profissional do CEP-ETP e a Tabela 02 apresenta os objetos de conhecimento – OC. Estas duas ferramentas servem de subsídio para o processo de elaboração das matrizes curriculares dos cursos ofertados pela instituição, bem como do planejamento e avaliação da prática docente em sala de aula.

Tabela 01 - Matriz de referência para a Educação Profissional

Matriz de referência para a Educação Profissional

Habilidades / Competências	Interpretar			Planejar			Executar										Criticar		
	H1	H2	H3	H4	H5	H6	H7	H8	H9	H10	H11	H12	H13	H14	H15	H16	H17	H18	H19
C1	Domínio de diferentes linguagens.																		
C2	Compreensão dos fenômenos naturais da produção tecnológica e intelectual.																		
C3	Tomada de decisões ao enfrentar situações-problema.																		
C4	Construção de Argumentação consistente.																		
C5	Elaboração de propostas de intervenção na realidade.																		
C6	Intervenção na realidade com demonstração de ética, cidadania e valores, considerando a diversidade biopsicossocial como inerente a condição humana no tempo e no espaço.																		
H1	Identificar linguagens e traduzir sua plurissignificação.																		
H2	Identificar informações centrais e periféricas apresentadas em diferentes linguagens e suas inter-relações.																		
H3	Inter-relacionar objetos de conhecimento nas diferentes áreas.																		
H4	Organizar estratégias de ação e selecionar métodos.																		
H5	Selecionar modelos explicativos e prever resultados coerentes com estes modelos.																		
H6	Elaborar textos coesos e coerentes com progressão temática e estruturação compatíveis.																		
H7	Aplicar métodos adequados para a interpretação, análise e resolução de problemas.																		
H8	Formular e articular argumentos fundamentados nas Leis vigentes, em princípios e normas técnicas.																		
H9	Utilizar adequadamente as tecnologias voltadas ao letramento digital no contexto da ação profissional.																		
H10	Aplicar princípios de urbanidade e humanização no trato com as pessoas em seu contexto profissional.																		
H11	Realizar procedimentos operacionais.																		
H12	Fazer coleta, análise de dados e relatórios pertinentes.																		
H13	Realizar procedimentos relativos à campanhas educativas.																		
H14	Realizar inspeções de segurança e controle.																		
H15	Comunicar resultados, fatos e ocorrências fundamentados em princípios éticos.																		
H16	Participar de processos de avaliação de ações para a melhoria das atividades laborais.																		
H17	Avaliar possíveis soluções para uma situação-problema e considerar a mais adequada para a dada situação.																		
H18	Analisar criticamente a solução apontada para uma situação-problema.																		
H19	Considerar a diversidade de contextos na tomada de decisões.																		

Tabela 02 - Objetos de conhecimentos - Curso de Formação nos Eixos Tecnológicos Segurança e Ambiente e Saúde.

OC1	**O ser humano como ser que convive** - O Ser humano é por natureza um ser social, que convive, interage, transforma o mundo a sua volta e é por ele é transformado. O profissional com formação nos Eixos Tecnológicos Segurança e Ambiente & Saúde precisa constituir um corpo de conhecimentos, sócio, interativo e afetivo que favoreça o bem cuidar de si mesmo do outro. Nesse sentido se faz necessário saber: ***Por que somos seres sociais? Como as relações interpessoais podem contribuir para convivência, qualidade de vida e do trabalho? Quais as contribuições da convivência para a vida saudável? Como a convivência pode contribuir para a qualidade do trabalho?***
OC2	**Sujeito, ética, trabalho** - O sujeito enquanto ser que se constitui a partir das relações interpessoais e profissionais almeja o próprio bem-estar e o bem-estar do outro que o acompanha. No que concerne à formação profissional faz-se necessário que estas relações sejam pautadas por princípios éticos de conhecimento e reconhecimento comum tendo em vista que estes princípios corroborem com o respeito as diferenças e a limitações individuais sem se furtar ao reconhecimento da importância de cada indivíduo para o desenvolvimento, crescimento e aperfeiçoamento tanto do trabalho coletivo quanto do bem cuidar dos indivíduos em suas necessidades e especificidades. Para tanto algumas questões corroboram com estas discussões, quais sejam: ***Como conviver com a diversidade nas***

	práticas profissionais? Como as relações pertinentes à tríade sujeito, ética e trabalho podem favorecer a convivência humana? Como a ética respalda as práticas laborais?
OC3	**Ambiente** - A partir da concepção e do entendimento de que o sujeito que aprende se constitui enquanto meio ambiente em si mesmo e enquanto sujeito que compartilha um meio ambiente mais amplo corrobora com o entendimento de que cada ação que o sujeito desenvolve impacta tende a promover impacto na ação do sujeito e do ambiente a sua volta. Nesse sentido cumpre saber: ***Como o Ser humano pode contribuir para a manutenção do equilíbrio ambiental? Porque cuidar do meio ambiente? Quais as contribuições das Boas Práticas Profissionais para o equilíbrio ambiental? Em que medida o meio ambiente está em conformidade com a saúde e com o bem-estar? Como se dá a relação entre gerenciamento de resíduos e serviços de saúde?***
OC4	**Saúde** - A formação em saúde no contexto da educação brasileira perpassa pela compreensão dos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde - SUS (***universalidade, equidade e integralidade***) e dos princípios organizacionais (***regionalização e hierarquização, resolubilidade, descentralização, participação dos cidadão e complementariedade do setor privado)***. Nesse sentido o percurso de formação do estudante perpassa pela compreensão acerca do que preconiza as ações de promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde. Durante este percurso a formação avança para a compreensão e realização de procedimentos técnico-operacionais conforme o curso a ser realizado. Algumas questões podem favorecer o desenvolvimento do debate nos percursos de formação em saúde escolhido pelo estudante, quais sejam: ***O que é saúde? Como cuidar da própria saúde? Como os determinantes sociais influenciam na saúde? Quais são as dimensões da saúde? Qual a relação entre saúde e trabalho?***
OC5	**Segurança** - O desenvolvimento da ação profissional perpassa pela compreensão e adoção de medidas que proporcionem a segurança do trabalhador, das pessoas com quem e para quem trabalha e, da segurança ambiental. Nesse sentido é importante considerar os saberes voltados a apropriação de conhecimentos relativos a identificação e utilização de equipamentos de proteção individual e de equipamentos de proteção coletiva conforme a natureza dos procedimentos operacionais a serem desenvolvidos e considerando a natureza dos riscos potenciais relativos a agentes físicos, químicos e biológicos. A ação profissional técnica é regida por normas técnicas regulamentados que devem ser observadas antes, durante e após a execução de procedimentos operacionais. Considera-se importe que o debate seja norteado por questões inerentes à: ***O que é segurança? Como promover segurança na ação profissional? Qual a relação entre segurança e compromisso social? Qual a relação entre segurança e profissionalização?***
OC6	**Práticas profissionais e procedimentos técnicos** - O desenvolvimento da ação profissional técnica de nível médio nos Eixos Tecnológicos Segurança e Ambiente & Saúde. Tanto em empresas públicas quanto em empresas privadas, se faz em observâncias aos Planos Operacionais Padrão - POP. Os quais são específicos para cada ação desenvolvida pelos profissionais conforme a natureza da sua formação e setor de atuação. O que caracteriza a formação profissional é o conjunto de competências e habilidades específicas que precisam ser desenvolvidas. Nesse sentido, de acordo com a formação em desenvolvimento, o estudante precisa se apropriar de conhecimentos inerentes a: ***O que são práticas profissionais? O que são procedimentos técnicos? Qual a importância de se compreender os procedimentos técnicos da profissão? Qual a relação entre práticas profissionais e desenvolvimento social? O domínio das boas práticas favorece a inserção no mundo do trabalho? Qual a importância da organização nos procedimentos técnicos? Como as práticas profissionais e procedimentos técnicos podem favorecer a constituição do sujeito que aprende?***

OC7	**Meios e métodos de comunicação**. - A comunicação é meio pelo qual o sujeito compartilha, analisa, se apropria e divulga o conhecimento. A ação profissional exige do sujeito que seja conhecedor das linguagens utilizadas no contexto do cotidiano, escolar e profissional, dentre as quais destacam-se a linguagem portuguesa, linguagem científica aplicada ao campo profissional e linguagem digital. Quanto as questões que norteia a constituição deste objeto de conhecimento destacam-se: Qual ***a importância da comunicação na atuação profissional? Como os meios e métodos de comunicação podem favorecer a compreensão e transformação da realidade no ambiente de trabalho? Como a comunicação pode contribuir para que o sujeito assuma a condição de protagonista da própria atuação profissional? Como os meios e métodos de comunicação favorecem a educação para a saúde?***
OC8	**Leis, resoluções e normas** - Os profissionais com formações inerentes aos Eixos Tecnológicos Ambiente e Saúde e, Segurança desenvolvem suas ações profissionais sob o amparo de órgãos de classe tais como Conselho de Nutricionistas, Conselho de Enfermagem, Conselho de Odontologia, Conselho de Farmácia, Conselho de Engenharia e Arquitetura, dentre outros. Estas entidades funcionam sob o amparo de Leis Ordinárias, Complementares e Resoluções que amparam os direitos e deveres do Sujeito que presta serviços em suas áreas de atuação aos sujeitos que recebem estes serviços. Considera-se neste processo a interação Ser Humano X Meio Ambiente. Nesse sentido se faz necessário que o exercício profissional seja pautado pela observância aos códigos de ética profissional, legislação trabalhista e legislação ambiental.
OC9	**Materiais, equipamentos e instrumentos**. - A realização de uma prática profissional com compromisso com o bem-estar do Ser Humano e de Meio Ambiente requer que o profissional seja conhecedor de materiais equipamentos e instrumentos inerentes ao seu exercício profissional. Nesse sentido destaca-se a necessidade de saber: ***Como utilizar adequadamente os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva - EPI e EPC; Quais as principais técnicas de preparação manipulação de materiais e reagentes? ; Como diferenciar materiais, equipamentos e instrumentos quanto às suas finalidades, propriedades físicas, químicas e biológicas?; Como implementar adequadamente as técnicas de higienização, acondicionamento e descarte conforme Plano Operacionais Padrão - POP do setor de atuação profissional?***
OC10	**Educação ambiental, para a saúde e para a segurança**. - Profissional com formação nos Eixos Tecnológicos Segurança e Ambiente & Saúde é, antes de tudo, um agente de educação que ao se apropriar de conhecimentos acerca de procedimentos e estratégias de ação profissional tendo em vista a saúde preventiva da pessoa humana e do meio ambiente precisa se empoderar do compromisso de compartilhar os seus conhecimentos tendo em vista o bem da coletividade. Acredita-se que algumas questões nesse sentido se fazem nec***essárias, por exemplo:*** ***Qual a importância da educação ambiental, para a saúde e para a segurança para que o sujeito que aprende possa melhor conviver com os seus semelhantes e com o meio ambiente?***
OC11	**Cultura -** O Ser Humano é por natureza um ser que constitui a sua existência envolto a conhecimentos e práticas apreendidas ao longo de sua existência e com pertinência à sua comunidade local, em sua cidade, estado e país. Estes conhecimentos e práticas o ajudam na constituição de sua visão de mundo. Considera-se na formação profissional a constituição de uma cultura que leva em consideração aquilo que o educando já apreendeu em suas vivências para a proposição de uma cultura científica do saber. Nesse sentido procura-se que o educando se aproprie de um corpo de conhecimento que lhe seja possível o exercício profissional em conformidade com o que preconiza a cultura científica do saber fazer, saber conhecer, saber conviver e saber ser.

OC12	**Número e, grandezas.** O exercício profissional no que concerne aos Eixos Tecnológicos Segurança e Ambiente & Saúde implica no saber conhecer as diversas unidades de medidas relativas a materiais e equipamentos, segundo suas propriedades e finalidades a que se destinam. A compreensão sobre múltiplos e submúltiplos de unidades e a relação de notação científica se faz importante tanto para a leitura e interpretação de manuais quanto para a preparação e administração de fórmulas quer seja para a proteção da vida humana, quer seja para a proteção do meio ambiente.
OC13	**Sustentabilidade Planetária.** O exercício profissional, independentemente do eixo tecnológico de atuação do sujeito que aprende precisa ser pautado pelo interesse e ação de proteção ao meio ambiente. Estes procedimentos devem levar em consideração o uso racional dos recursos disponíveis, a adoção de medidas adequadas ao manejo e descartes de materiais e o registro e acompanhamento de suas próprias ações no ambiente de trabalho.
OC14	**Pesquisa e Trabalho.** Em conformidade com a LDB de 1996 e com o Parecer 11/2012 do Conselho Nacional de Educação a Pesquisa e o Trabalho do sujeito que aprende deve se constituir como a base do processo educativo. Nesse sentido se faz necessário que a instituição promova os meios e processos adequados para que a ação pedagógica se constitua enquanto estratégia para a solução de problemas no campo de atuação da área em estudo. Faz necessária, também, que a instituição prime pela superação entre a dualidade teoria- prática e que estas sejam desenvolvidas em sintonia com os campos de atuação profissional contemplando o fazer e o pensar reflexivo sobre a ação profissional e sobre o próprio pensar do sujeito.
OC15	**Cidadania.** - Em atenção ao que preconiza a LDB de 1996, que trata da Educação para o pleno exercício da cidadania é importante pensar na cidadania para além do cumprimento de deveres e usufruto de direitos, mas uma cidadania de participação e preocupação social com o sujeito que aprende, considerando a dimensão humana, política, ambiental, econômica e social.

Do Acompanhamento

As atividades desenvolvidas no CEP-ETP são de responsabilidade da equipe gestora e devem ser acompanhadas pelo Conselho Escolar. O planejamento e a avaliação das atividades desenvolvidas pelo CEP-ETP são também acompanhados pela Coordenação Regional de Ensino e demais órgãos próprios da SEDF.

Do Ano ou do Semestre Letivo

O ano letivo regular, independentemente do ano civil, tem, no mínimo, 200 (duzentos) dias e o semestre 100 (cem) dias de efetivo trabalho escolar excluído os dias reservados a recuperação e exames finais, em conformidade com as orientações do Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF.

Compreende-se como efetivo trabalho escolar o conjunto das atividades pedagógicas, realizadas dentro ou fora do CEP-ETP, com a presença dos

docentes, suas respectivas turmas de estudantes e o controle de frequência e a jornada diária é de, no mínimo, 4 (quatro) horas-relógio de efetivo trabalho escolar, em cada turno, com direito ao horário de intervalo que será compensado com atividades de complementação de carga horária, conforme cada plano de curso.

Sendo assim, os componentes curriculares “Atividades Complementares 1, 2 e 3” auxiliam no processo de inserção do estudante em sua realidade profissional, por meio de estudos e práticas que contribuem para sua formação crítica, ética, diversificada, humana e profissional. Os componentes curriculares Atividades Complementares 1, 2 e 3 totalizam 102 (cento e duas) horas de atividades não presenciais, realizadas fora do horário de aula do estudante, distribuídas nos módulos Básico, I e II

O componente curricular Atividades Complementares 1 é realizado na modalidade de Ensino a Distância (EaD), na qual o professor/tutor irá interagir com os estudantes por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O tutor/professor é responsável por elaborar o material didático e atividades, os quais serão postados conforme cronograma elaborado pelo mesmo, além de estimular a participação em discussões on line, acompanhar o desenvolvimento dos estudantes nas atividades propostas e realizar avaliações constantes da participação e aproveitamento das atividades.

O componente curricular Atividades Complementares 2 será desenvolvido com a participação do estudante em atividades práticas e educativas realizadas no CEP-ETP e também atividades, que acontecem fora do ambiente escolar, as quais visam a aproximação do estudante com a prática profissional e com a comunidade.

O tutor/professor tem a responsabilidade de informar, orientar e acompanhar a participação do estudante nas atividades práticas e educativas, que acontecem no CEP-ETP como oficinas, exposições e dias temáticos e também em locais como escolas de ensino infantil e médio, centros de saúde e outros locais onde o CEP-ETP possa contribuir com atividades educativas.

No componente curricular Atividades Complementares 3 considera-se a participação em projetos sociais, atividades culturais, programas de voluntariado, oficinas, treinamento em serviço, cursos específicos relativos aos componentes

curriculares presentes no Módulo Básico, I e II deste Plano de Curso, congressos, simpósios e outras atividades similares.

As atividades complementares serão registradas em diário de classe pelo tutor/professor sendo que o aluno deve obter o desempenho mínimo e a frequência exigida para cada atividade, tal e qual estabelecido no regimento escolar da instituição.

Com isso, ano e o semestre letivos somente são encerrados, quando cumpridos os dias letivos, a carga horária, trabalhados os objetivos e as habilidades previstas para cada área do conhecimento.

Em caso de não cumprimento de quaisquer das exigências contidas neste artigo, o CEP-ETP deve ampliar suas atividades pedagógicas para além da data de encerramento do ano ou do semestre letivo prevista no Calendário Escolar.

A carga horária semanal e a total devem ser consideradas no sentido hora-relógio, de 55 (cinquenta e cinco minutos) minutos cada uma.

As horas e os dias de efetivo trabalho escolar devem ser cumpridos por turma e/ou componente curricular, separadamente.

É competência da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal a definição do Calendário Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, ouvida a comunidade escolar.

Da Matrícula

A matrícula escolar é o ato formal que vincula o estudante ao CEP-ETP. A matrícula nova ou a renovação, efetivadas e acompanhadas pela Secretaria Escolar, é feita na época prevista na Estratégia de Matrícula, mediante instrumento próprio, assinado pela família e/ou responsável legal ou pelo estudante, se maior, declarando aceitar as normas regimentais, bem como as Normas de Convivência Escolar.

O ingresso e a matrícula dos estudantes no CEP-ETP são efetivados por meio de processo seletivo, previsto em edital próprio, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, de acordo com critérios definidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Não é permitido ao CEP-ETP, sob qualquer pretexto, condicionar matrícula a pagamento de taxas ou de contribuições.

O do CEP-ETP, não deve permitir frequência de pessoas não regulamente matriculadas.

Somente será possível o cancelamento de matrícula nos seguintes casos:

1. Óbito do estudante;
2. Casos de duplicidade de nomes, informados pelo Censo Escolar;
3. Pedido da família e/ou do responsável legal;
4. Pedido do próprio estudante, se maior de idade.

O motivo para o cancelamento de matrícula deve ser devidamente registrado pelo CEP-ETP.

Do Aproveitamento, da Adaptação e da Equivalência de Estudo.

O CEP-ETP pode fazer aproveitamento de estudos realizados com êxito pelo estudante em outra instituição educacional/unidade escolar.

Na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, as experiências anteriores e os conhecimentos devem ser aproveitados, desde que estejam diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva habilitação, considerando os itinerários formativos ou as trajetórias de formação.

Os conhecimentos e as experiências passíveis de aproveitamento são adquiridos:

1. Em qualificações profissionais, etapas ou módulos do Curso Técnico de Nível Médio concluído em outros cursos;
2. Em cursos de Educação Profissional de Formação Inicial e Continuada (FIC), mediante avaliação do estudante;
3. No trabalho ou em meios informais desde que, o aluno seja submetido a avalição dentro da U.E e homologado pelo Conselho de Classe;
4. Mediante reconhecimento em processos formais de certificação profissional, desde que, o aluno seja submetido a avalição dentro da U.E e homologado pelo Conselho de Classe;
5. Mediante diploma de nível superior em área afim.

O CEP-ETP deve instituir comissão de docentes para avaliação da documentação do estudante, para fins de equivalência e definição de aproveitamento de estudos e registrar em ata própria.

O Estágio Curricular /APS não é computado para aproveitamento de estudos.

O aproveitamento de estudos independe da forma de organização curricular.

O estudante proveniente de outra instituição educacional/unidade escolar deve ser submetido à adaptação de estudos, sob a orientação pedagógica da equipe gestora, quando for necessária para o ajustamento e acompanhamento do Currículo.

Da Frequência do Estudante

O controle da frequência dos estudantes do CEP-ETP, conforme o disposto na legislação vigente observará a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas estabelecido para cada componente curricular ou semestre letivo, computado os exercícios domiciliares amparados por Lei.

Para o estudante que se matricular em outra época que não o início do período letivo, o cômputo da frequência deverá incidir sobre o período que se inicia, ou seja, a partir de sua matrícula até o final do período letivo, calculado o percentual de 75 % (setenta e cinco por cento) sobre as atividades desse período, mediante autorização da equipe gestora do CEP-ETP.

O CEP-ETP deverá ofertar *Atividades Complementares Compensatórias* de infrequência, como forma de suprir as atividades escolares, das quais o estudante não tenha participado mediante autorização da equipe gestora do CEP-ETP.

O estudante que por motivo justo faltar a qualquer atividade pedagógica deverá apresentar justificativa até 3 (três) dias letivos, após o ocorrido, para a Coordenação do CEP-ETP. Para fins de apuração do resultado do componente curricular e/ou semestral, levar em conta, apenas, o total de faltas não justificadas. Para fins de registros escolares do estudante, serão apresentadas tão somente, as faltas não justificadas, nos documentos de escrituração escolar.

A escolaridade e o atendimento educacional especializado em classe hospitalar e/ou em domicílio aos estudantes matriculados em unidades escolares e

impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde prolongado, que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência em domicílio, serão garantidos por meio de atividades pedagógicas domiciliares, sob a responsabilidade da equipe gestora, do corpo docente e família e/ou responsável legal do estudante.

À estudante gestante deve ser garantido o exercício domiciliar individualizado e com acompanhamento dão CEP-ETP pelo prazo previsto na Constituição Federal de 1988 para licença maternidade, qual seja 180 (cento e oitenta) dias.

As atividades pedagógicas domiciliares referem-se às aprendizagens desenvolvidas em sala.

Estágio Curricular e APS devem ter sua carga horária cumprida integralmente.

Da Frequência do Estudante Atleta

Considera-se estudante atleta, para efeito legal, todo aquele que desenvolva a prática de uma modalidade esportiva e que representa ao CEP-ETP, a comunidade, clubes ou federações desportivas em competições ou eventos oficiais.

Trancamento e do Abandono de Estudo

Entende-se por trancamento a suspensão, requerida pelo aluno, de todas as suas atividades acadêmicas, sem perda do vínculo regular com o CEP-ETP concedida pela supervisão escolar, com necessidade de preenchimento de solicitação de deferimento de trancamento em formulário específico junto à secretaria escolar, apresentação de justificativa e documentação comprobatória, para período máximo de até 02 (dois) semestres letivos, consecutivos ou não. Para fazer esta solicitação o estudante precisa estar regularmente matriculado e ter cursado o núcleo politécnico comum.

A situação acadêmica do aluno deverá enquadrar-se em uma das opções:

❖ Ter cursado no CEP-ETP na categoria de aluno regular, pelo o núcleo politécnico comum.

❖ Concedido o trancamento, não será permitida sua anulação.

❖ Quando o trancamento se estender por mais de um período letivo, será exigida a renovação semestral do pedido.

❖ Os períodos com registro de trancamento não serão computados para contagem do tempo de permanência no curso.

❖ O pedido de trancamento, mesmo quando deferido, será tornado sem efeito sempre que houver registro de aprovação em disciplina no período.

❖ Preencher o requerimento junto à secretaria do CEP-ETP dentro do prazo previsto (início do semestre letivo).

❖ A soma dos períodos de trancamento de matrícula não poderá exceder a 2 (dois) períodos letivos, incluindo o período em que o trancamento foi concedido. Não ultrapassado este tempo, o aluno terá garantido o direito de retornar às suas atividades escolares, estando sujeito à adaptação curricular.

O Trancamento poderá ser solicitado mesmo quando o estudante tiver cursado até o último período do curso ou tiver de cumprir estágios e apresentar os relatórios devidos. Nesta hipótese, o aluno deverá requerer sua rematrícula quando puder cumprir os estágios exigidos, estando sujeito à adaptação curricular.

Ao retornar aos estudos, o aluno deverá solicitar rematrícula, obedecendo aos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico.

Será considerado abandono de estudo, quando o estudante obtiver um número de faltas consecutivas superior a 25% (vinte e cinco por cento) e não retornar ao CEP-ETP até o final do componente curricular/semestre letivo.

O CEP-ETP deverá esgotar todas as possibilidades de contato com a família, no caso do aluno menor, ou responsável legal. A situação de “abandono” somente é definida e registrada em documentos de Escrituração escolar, ao final do componente curricular/semestre letivo.

Das Normas de Convivência Escolar

As Normas de Convivência Escolar são decorrentes das disposições legais e das determinações deste PP e das demais normas emanadas pela SEDF, aplicáveis a cada caso. Cabe à gestão escolar disponibilizar em local público e de fácil acesso as Normas de Convivência Escolar.

Do Regime Disciplinar de Caráter Pedagógico

O estudante do CEP-ETP pela inobservância das normas contidas neste Regimento, e conforme a gravidade e/ou a reincidência das faltas, está sujeito às seguintes medidas:

1. Intervenção/advertência oral;
2. Advertência escrita;
3. Suspensão da assiduidade na sala de aula de no máximo três dias letivos corridos, com atividades pedagógicas alternativas;
4. Transferência, quando o ato for aconselhável, por comprovada necessidade de garantia de sua proteção ou de outros.

Somente o Conselho de Classe poderá deliberar sobre as medidas descritas nos itens 3 e 4, garantindo aos envolvidos o direito da ampla defesa e do contraditório. Além disso, a aplicação das medidas citadas acima deverá ocorrer em um contexto de intervenção pedagógica, com a finalidade de envolver estudante, profissionais e família e/ou responsáveis legais.

Deverão ser observados os princípios dos direitos humanos e da diversidade expressos nos documentos norteadores desta SEDF

A adoção das medidas acima citadas deve ser seguida de ações efetivas, diversificadas e de acompanhamento que promovam a convivência escolar. Cabe ao professor e a equipe gestora à aplicação das medidas previstas;

As medidas aplicadas ao estudante, bem como o atendimento a ele dispensado, incluindo a efetiva escuta, versão das partes envolvidas e demais encaminhamentos são registrados em atas, assinadas pela família e/ou responsáveis legais, caso de estudante menor de idade, sendo vedado o registro no Histórico Escolar.

Ao estudante que sofrer a medida prevista, garantir-se-á a realização de provas, testes, trabalhos, considerando-se a frequência do estudante e consequente cumprimento do dia letivo. As medidas descritas podem ser aplicadas gradativamente, ou não, dependendo da gravidade ou reincidência da falta.

Quando da aplicação das medidas descritas, é garantido ao estudante o direito do contraditório e da ampla defesa, com a presença da família e/ou responsável legal, quando menor de idade.

Os procedimentos serão definidos em reunião de estudo de caso com o Conselho de Classe, contando com a participação da Orientação Educacional, do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, do professor da Sala de Recursos e de demais profissionais envolvidos.

11. Plano de Ação para implantação do Projeto Pedagógico – PP

Objetivo geral

Viabilizar recursos humanos, pedagógicos, tecnológicos e financeiros para pleno desenvolvimento da missão do CEP-ETP qual seja, promover educação profissional pública de qualidade por meio da integração de atividades de ensino, extensão e pesquisa na formação de jovens e adultos críticos e reflexivos, com conhecimentos técnicos, científicos e humanísticos, compromissados com o mundo do trabalho e com a busca de soluções criativas para a sustentabilidade humana.

Objetivos específicos:

- Reestruturar e atualizar os laboratórios do CEP-ETP, frequentemente;
- Reestruturar os Planos dos Cursos do CEP-ETP;
- Criar novos cursos técnicos no âmbito do CEP-ETP;
- Criar cursos de especialização em nível médio no CEP-ETP;
- Implementar a utilização do diário eletrônico no contexto do CEP-ETP;
- Criar unidades remotas para ofertar cursos do CEP-ETP;
- Organizar processo seletivo para cursos técnicos, especialização e FICs;
- Otimizar o espaço-tempo destinado à coordenação pedagógica.
- Ampliar a participação do CEP-ETP junto a Rede de Escolas Técnicas vinculadas ao Sistema Único de Saúde – RETSUS.

Metas quantificáveis com seus respectivos indicadores:

- Duplicar o número de vagas ofertadas para os cursos técnicos na modalidade presencial e também na modalidade EaD.
- Ofertar cursos FICs em Unidades remotas e também no CEP-ETP.

Ações nas dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras do trabalho escolar:

Reestruturação e manutenção dos laboratórios de:

- Análises Clínicas: criar o espaço para expurgo biológico.

- Educação a Distância – EAD: adquirir computadores bem como ampliar a rede de internet para melhor atender os educandos em aulas práticas
- Ensino, Pesquisa e Extensão: criar o espaço para desenvolvimento das ações pertinentes.

Reestruturação dos Planos de Cursos

Com as mudanças sociais em acelerado processo, faz-se necessária uma constante revisitação aos cursos de formação profissional. Neste sentido, o CEP-ETP realizará a análise e reestruturação de seus cursos técnicos, a saber: Técnico em Enfermagem, Análises Clínicas, Saúde Bucal, Nutrição e Dietética visando atualização e adequação curricular na perspectiva do mundo do trabalho.

Elaboração dos Planos de Cursos

- Especialização Técnica de Nível Médio em Ambiente Hospitalar;
- Especialização Técnica de Nível Médio em Higiene e Saneamento;
- Especialização Técnica de Nível Médio em Prótese sobre implante;
- Especialização Técnica de Nível Médio em Urgência e Emergência;
- Técnico em Controle Ambiental (presencial e EaD);
- Técnico em Informática (presencial e EaD);
- Técnico em Alimento.

Elaboração de Planos de Cursos FIC

Elaborar cursos FIC em todas as modalidades de educação, com ênfase nos seguintes:

- Agente Comunitário de Saúde
- Agente de Combate às Endemias
- Agente de Desenvolvimento Socioambiental
- Agente de Gestão de Resíduos Sólidos
- Agente de inclusão digital em Centros públicos de Acesso à internet
- Agente de instrumentação Meteorológica
- Agente de Projetos Sociais
- Auxiliar de Farmácia de Manipulação

- Auxiliar de Geoprocessamento
- Auxiliar de Laboratório de Saneamento
- Auxiliar de Laboratório de Saúde
- Auxiliar pedagógico
- Balconista de Farmácia
- Higienista de Serviços de Saúde
- Lactarista.

Segundo legislação vigente, os projetos de cursos FIC devem ser encaminhados à Secretaria de Estado da Educação antes do início de cada semestre letivo, garantindo, assim, a disponibilidade de vagas em concomitância com os demais cursos de cada instituição. Do mesmo modo, as regras e cronograma do processo seletivo dos cursos FIC devem ser encaminhados para aprovação da Diretoria de Educação Profissional com antecedência.

Cursos FIC geram demanda específica de professores que será indicada no corpo de cada projeto mesmo antes do início do ano letivo.

Para garantir a efetivação dos cursos FIC, então, a disponibilidade de professores para atuarem nesta atividade deve ser consolidada no momento de distribuição de carga horária geral da Instituição.

Organização do Processo Seletivo

Para ingresso dos alunos nos cursos técnicos, de especialização e FIC do CEP-ETP no ano de 2019/2020, é necessário um processo de trabalho para a organização de espaços, provas, editais, etc., no sentido de preparar os respectivos processos seletivos.

Unidade remotas

Abertura e/ou manutenção de unidades Remotas para a oferta de cursos de qualificação profissional pelo PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego nas Regiões Administrativas de Planaltina; Sobradinho; São Sebastião; Plano Piloto; Brazlândia; Cruzeiro entre outras.

Ampliação de oferta

Buscar novas parcerias para a viabilização da oferta de 20 cursos de qualificação profissional, em parceria com o PRONATEC, em diferentes regiões administrativas do DF, tendo em vista beneficiar aproximadamente 3000 jovens e adultos.

Cadastramento do CEP-ETP junto à RETSUS

Ampliar o relacionamento desta Instituição junto a Rede de Escolas Técnicas vinculadas ao Sistema Único de Saúde – RETSUS visando qualificar o trabalho pedagógico realizado no CEP-ETP.

12. Atividades e projetos a serem implementados para o alcance de cada meta

O corpo gestor, o Conselho Escolar e a Comunidade escolar desenvolverão as atividades propostas respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, finalidade e moralidade.

Previsão de recursos humanos, materiais e financeiros.

Todo recurso para o desenvolvimento das ações previstas será proveniente da administração coletiva dos recursos provenientes do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF, conforme deliberações do Conselho Escolar.

Definição de prazos e responsáveis pelas ações, projetos e atividades propostas.

Os projetos estarão sob coordenação geral dos gestores do CEP-ETP e a sua execução compreende a participação dos membros da comunidade escolar, conforme especificidade de cada ação.

13. Acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico – PP

O processo de avaliação institucional visa à melhoria da qualidade dos serviços educacionais ofertados a comunidade escolar. É feito de forma continuada nas assembleias gerais, nas reuniões do conselho escolar, nos encontros de coordenação pedagógica e em eventos previstos no calendário escolar oficial, mediante levantamento e análise de dados, informações, opiniões ou sugestões da comunidade escolar. Considera-se neste processo:

- O acompanhamento do ingresso, permanências e saída do estudante nos cursos Técnicos, FICs ou Especialização oferecida pela instituição;
- A redução dos índices de evasão escolar;
- Qualificação e aperfeiçoamento do trabalho docente;
- Humanização das relações intra e interinstitucionais;
- A interação do CEP-ETP com a comunidade e com outras instituições;
- A eficiência de todos os serviços prestados;

14. Projetos específicos individuais ou interdisciplinares da unidade escolar.

A Educação em Saúde tem o papel de proporcionar à comunidade a oportunidade de aprendizado e consequente conhecimento. É imprescindível que se organize parcerias e que haja capacitação de profissionais da educação para que, eles também, exerçam o papel de Promotores da Saúde, dentro da escola e na comunidade em que vivem. Nesse contexto, entende-se que a escola é um ambiente propício para esta aprendizagem já que esta é responsável pela formação de cidadãos.

O desenvolvimento dos projetos especiais ocorre graças à articulação conjunta entre os coordenadores pedagógicos, os professores em regência de classe e o alunado. Sendo assim, constitui-se a possibilidade de socialização de experiências com os vários parceiros na educação e na saúde, tais como:

1- O CEP no Projeto Escola Compartilhada

Atividades Práticas Supervisionadas - atividades que tem por objetivo principal a socialização das práticas desenvolvidas no CEP-ETP com as demais instituições da rede pública de ensino e com as comunidades em geral supervisionadas por professor regente. As atividades inerentes ocorrem, principalmente, em espaços públicos, tais como: praças e pátios de escolas. Dentre as atividades desenvolvidas destacamos:

- Aferição de pressão arterial;
- Aplicação de flúor;
- Avaliação nutricional;
- Cuidados com a alimentação;
- Demonstração de automassagem;
- Demonstração de primeiros socorros;
- Desenvolvimento de oficinas realizadas pelos estudantes;
- Gravidez precoce/cuidados na gestação;

- Palestras sobre a alimentação do diabético e do hipertenso;
- Palestras sobre D.S.T., HIV - AIDS, drogas e outros;
- Palestras sobre escovação e cuidados bucais;
- Palestras sobre obesidade na adolescência;
- Prevenção de doenças;
- Teste de glicose;
- Tipagem sanguínea.
- Uso de plantas medicinais (horta medicinal).

2 - O CEP-ETP no Circuito de Ciências

O CEP-ETP participa do Circuito de Ciências com trabalhos de pesquisa que são desenvolvidos pela comunidade escolar durante o ano letivo.

O Circuito de Ciências das Escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal tem como objetivos:

Objetivo geral

- Fomentar a produção de conhecimentos científicos, tecnológicos, inovadores e/ou sociais nas unidades escolares, núcleos de ensino e instituições conveniadas da rede pública de ensino do DF.

Objetivos específicos:

- Estimular as atividades de letramento científico e tecnológico, por meio da elaboração e apresentação de trabalhos.
- Contribuir para a autonomia dos estudantes, ao compartilharem com a comunidade escolar trabalhos científicos, tecnológicos e sociais, oportunizando, assim, o exercício da cidadania, da diversidade, da sustentabilidade e dos direitos humanos.

3 - CEP com Segurança

Objetivo geral

- Manter o ambiente escolar saudável e seguro, bem como orientar a comunidade em relação aos cuidados com:
  - ✓ Prevenção de incêndios;

- ✓ Direitos do Trabalhador;
- ✓ Acidentes do Trabalho e CIPA;
- ✓ Segurança e meio ambiente;
- ✓ Reciclagem com segurança;
- ✓ Resíduos sólidos;
- ✓ Valorização do profissional “GARI” na sociedade.

4 - O Momento Saúde

O projeto “Momento Saúde: Arte, Cultura e Movimento” surgiu como uma proposta de um conceito mais amplo de saúde integral, promoção da saúde como forma de bem-estar e qualidade de vida. Visando a interação, integração, descontração, entretenimento e reconhecimento de aptidões de alunos do CEP-ETP.

A partir do diálogo de professores do Módulo Básico de Saúde desta Instituição, foram observados que as disciplinas desse grupo são as que introduzem os alunos novos às concepções introdutórias e necessárias do curso que será realizado. Assim, esse bloco inicial tem a função de recepção do cursista a esse seu novo momento, bastante importante, no qual muitos alunos ou são oriundos de outros cursos de áreas bastante divergentes, ou são alunos que estão fora do ambiente escolar há algum tempo.

Nesse contexto, esse novo aluno precisa num curto espaço de tempo se integrar ao novo ambiente e criar aptidões não apenas cognitivas, mas também psicológicas e sociais para assimilar em sua vida um novo papel, o de profissional. Ademais, existe a consciência e preocupação com a transmissão aos cursistas do conceito de que um bom profissional deverá se apoderar de conhecimentos e técnicas, mas deverá também ser alguém capaz de transcender limites e se constituir como um profissional humanizado, capaz de conviver socialmente com qualidade, criatividade, dinamismo e flexibilidade às diversas tendências e transformações sociais que encontrar em seu mercado de trabalho.

As atividades do presente projeto serão realizadas durante todo o ano letivo, geralmente às quartas-feiras, durante o intervalo, para as apresentações dos alunos, no próprio ambiente escolar.

Diante dessa realidade, novas descobertas foram feitas, como a de que o projeto se destina não somente a um momento de interação que caracteriza o trabalho realizado em sala de aula, mas sim promove um efeito que desponta e descortina a reflexão, a convivência, a ética, a visão mais subjetiva em relação ao outro que convive em nossa esfera social.

Além disso, o momento também alcança os professores, promovendo uma maior interação entre os mesmos, transcendendo uma busca interdisciplinar e transdisciplinar dentro das perspectivas de melhoria, integração entre conteúdos afins e tornando o momento de planejamento e feedback muito mais rico, muito mais valioso.

5 - Semana da Saúde

A Semana da Saúde é para o Centro de Educação Profissional Escola Técnica de Saúde (CEP-ETP) um momento especial de valorização do cuidado com educadores, educandos e comunidade. Trata-se de uma semana letiva, onde ocorrem atividades diferenciadas com temas voltados ao bem-estar e a práticas de saúde objetivando uma melhor qualidade de vida.

As atividades acima citadas são planejadas envolvendo a participação efetiva e integrada de alunos e professores. Nesse contexto, o desenvolvimento dos projetos fundamenta-se no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, fortalecendo a premissa do Parecer CNE/CEB nº11/2012[1], no que se refere ao caráter formador da integralidade humana.

A dinâmica da Semana da Saúde possibilita aos educandos contribuírem na construção do seu conhecimento e serem coautores na construção do conhecimento do outro. Os alunos apresentam para a comunidade escolar as atividades preparadas, no intervalo das aulas, que é então prolongado. Em um dia específico, os professores e palestrantes convidados ofertam oficinas aos discentes, que ao término, são certificados.

6 - Atendimento às Comunidades Carentes

Objetivo geral

- Levar a essas comunidades grupos de alunos acompanhados do corpo docente desta instituição para orientar, por meio de palestras e oficinas, quanto à higiene, noções de primeiros socorros, prevenção à dengue, zika e chikungunya, DST/AIDS, sexualidade, gravidez precoce, cuidados básicos no pré-natal e com o recém-nascido, aleitamento materno, doenças relacionadas a hábitos alimentares, alimentação saudável, aproveitamento de alimentos, orientação quanto à saúde bucal e aplicação de flúor.

7 - Campanhas Comunitárias

Participação em campanhas, juntamente com o Hospital Regional de Planaltina e outros órgãos, nas comunidades de Planaltina, como por exemplo, a campanha do aleitamento materno campanhas de vacinação etc.

Promoção de trabalho comunitário, em regiões carentes, onde os estudantes, acompanhados do professor, prestarão serviços sociais à comunidade.

8 - Parceria com o Centro de Recuperação Deus Proverá - CRDP

Desde 2010 acontece a parceria entre as instituições onde a escola oferece cursos de qualificação de acordo com o nível escolar de cada interno e recebe, como contrapartida, a prestação de serviços em diversos níveis de modalidade.

9 – O CEP-ETP, A SALA DE RECURSOS E AS ALTAS HABILIDADES

De modo geral, as altas habilidades se caracterizam pela elevada potencialidade de aptidões, talentos e habilidades, evidenciada no alto desempenho nas diversas áreas de atividade do educando e/ou a ser evidenciada no desenvolvimento da criança. Contudo, é preciso que haja constância de tais aptidões ao longo do tempo, além de expressivo nível de desempenho na área de superdotação. A definição atual considera as pessoas com altas habilidades/superdotação aquelas que possuem grande facilidade de aprendizagem, que o leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. Por esta definição ressaltam duas características marcantes: a rapidez de aprendizagem e a

facilidade com que estes indivíduos se engajam em sua área de interesse. Sendo assim, esse projeto tem como favorecer condições para que os profissionais da Educação desenvolvam melhor compreensão sobre o contexto educacional das necessidades educacionais de alunos com altas habilidades e, ao mesmo tempo, promover condições para que os docentes do ensino fundamental e da educação profissional se familiarizem com alternativas de atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades, no ambiente escolar.

10- CASA DE VEGETAÇÃO

Produção e multiplicação de espécies de plantas medicinais (horta medicinal) e, Plantas Alimentícias não Convencionais – PANCS, utilizados pelos alunos do curso Técnico em Nutrição e Dietética, Altas Habilidades e FICS.

15. Referências

AGUIAR, AC, RIBEIRO, ECO. **Conceito e Avaliação de habilidades e Competência na Educação Médica: Percepções Atuais dos Especialistas**. Rev. Bras Educ. Med. 2010; 34 (3), p. 371–378.

COSTA, Nadja Maria de Lima. **A formação contínua de professores – novas tendências e novos caminhos**. Holos, Ano 20, dezembro de 2004. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

FERNANDES, Rosana Cezar de Arruda. **Educação continuada de professores no espaço-tempo da coordenação pedagógica: avanços e tensões**. In: VEIGA, Fernandes, Edileuza, A Escola mudou. Que mude a formação de professores. 3ª Ed. Campinas. S.P. Papirus, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da Educação Profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. In: MOLL, Jaqueline. Educação Profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DISTRITO FEDERAL. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, publicado no DODF nº 91 de 13 de maio de 2015**, p. 10 a 33.

LE BOTERF, Guy. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2003.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação Profissional e a Distância**. 2014.